

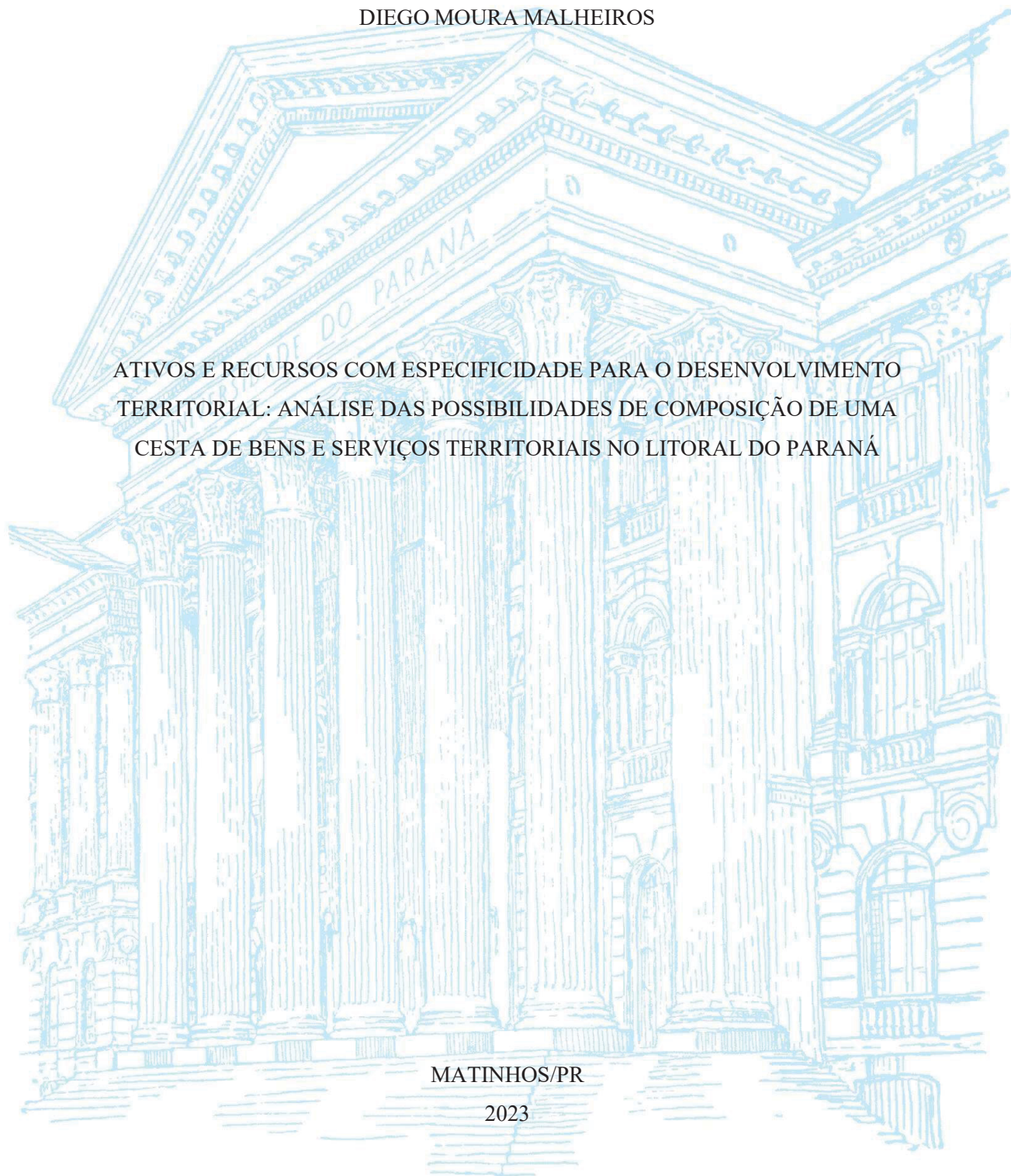
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIEGO MOURA MALHEIROS

ATIVOS E RECURSOS COM ESPECIFICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE COMPOSIÇÃO DE UMA
CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NO LITORAL DO PARANÁ

MATINHOS/PR

2023



DIEGO MOURA MALHEIROS

ATIVOS E RECURSOS COM ESPECIFICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE COMPOSIÇÃO DE UMA
CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NO LITORAL DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida

MATINHOS/PR

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M249a Malheiros, Diego Moura
Ativos e recursos com especificidade para o desenvolvimento territorial: análise das possibilidades de composição de uma cesta de bens e serviços territoriais no Litoral do Paraná / Diego Moura Malheiros ; orientador Valdir Roque Dallabrida. – 2023.
104 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2023.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Bens e serviços - território. 3. Políticas - Ambiental. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 333.70601

ATA Nº137

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e tres às 08:15 horas, na sala Via remota, UFPR LITORAL , foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **DIEGO MOURA MALHEIROS**, intitulada: **Ativos e recursos com especificidade para o desenvolvimento territorial: análise das possibilidades de composição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no Litoral do Paraná**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR ROQUE DALLABRIDA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: VALDIR ROQUE DALLABRIDA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARCIO GAZOLLA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, VALDIR ROQUE DALLABRIDA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 29 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

24/07/2023 10:38:04.0

VALDIR ROQUE DALLABRIDA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/07/2023 11:16:54.0

MARCIO GAZOLLA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

04/07/2023 16:18:43.0

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DIEGO MOURA MALHEIROS** intitulada: **Ativos e recursos com especificidade para o desenvolvimento territorial: análise das possibilidades de composição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais no Litoral do Paraná**, sob orientação do Prof. Dr. VALDIR ROQUE DALLABRIDA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 29 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

24/07/2023 10:38:04.0

VALDIR ROQUE DALLABRIDA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/07/2023 11:16:54.0

MARCIO GAZOLLA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

04/07/2023 16:18:43.0

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o agradecimento à minha esposa, Mariana, que me incentivou sempre a perseguir os meus sonhos e objetivos, sendo a rocha forte sobre a qual me apoiei nos momentos de turbulência. A ti, toda minha gratidão e meu amor.

Ao orientador, Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida, um conterrâneo que tive a felicidade de encontrar nesta caminhada e sem o qual o desenvolvimento deste trabalho seria impossível, aturando os momentos de frustração e compreendendo minha forma de pesquisar e interagir com o objeto da pesquisa.

Aos colegas da “Turma do Fundão”: Eveline, Júlia e Matheus, que entre risadas, reclamações, conversas, foram essenciais para o sucesso dessa empreitada.

Ao meu irmão Giuliano, por nossa amizade sincera e longínqua, que com nossos variados assuntos aleatórios foi sempre quem ajudou a desanuviar a mente nos momentos em que achava que não iria conseguir.

Por fim, mas não menos importante, à UFPR – Litoral e a todos os professores do PPGDTS que realizam este programa tão importante para a comunidade do Litoral do Paraná.

**O passado está escrito, mas o futuro está em nossas mãos
para escrevê-lo, e temos ferramentas poderosas:
compreensão, otimismo e o espírito de curiosidade.**

Capitão Jean-Luc Picard

RESUMO

Entre os enfoques teóricos que dão destaque aos bens ou serviços territoriais que apresentam significativo grau de especificidade, destacam-se as abordagens sobre a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Tal abordagem trata do processo de uso dos recursos e ativos territoriais, tanto tangíveis quanto intangíveis, aqui compreendidos como elementos constituintes do patrimônio territorial, os quais não dispensam um ambiente socioeconômico-cultural e organizacional ativo. Partindo da compreensão sobre território, patrimônio, governança e desenvolvimento territorial, este trabalho tem o propósito de analisar alguns dos ativos e recursos do Litoral do Paraná que podem vir a contribuir com o desenvolvimento territorial. Assim, partindo da identificação das potencialidades regionais, prospectivamente, propõem-se avaliar bens e serviços com especificidade territorial do Litoral do Paraná, os quais possam oportunizar uma oferta compósita, a exemplo da CBST, ou outras estratégias assemelhadas de valorização e/ou reconhecimento de produtos específicos, por meio da potenciação dos ativos e recursos territoriais, tanto os já ativados, quanto os que ainda não tenham sido reconhecidos.

Palavras-chave: território; governança territorial; patrimônio territorial; cesta de bens e serviços territoriais; desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

Among the theoretical approaches that highlight territorial goods or services that exhibit a significant degree of specificity, the approaches to the Territorial Basket of Goods and Services (TBGS) stand out. This approach deals with the process of using tangible and intangible territorial resources and assets, which are understood here as constituent elements of territorial heritage, requiring an active socio-economic-cultural and organizational environment. Building on the understanding of territory, heritage, territorial governance, and territorial development, this paper aims to analyze some of the assets and resources of the Paraná Coast that can contribute to territorial development. Thus, based on the identification of regional potentialities, it is proposed to prospectively evaluate goods and services with territorial specificity of the Paraná Coast in order to provide a composite offer of products and services (similar to the TBGS), or other similar strategies for valorization and/or recognition of specific products, through the enhancement of territorial assets and resources, both those already activated and those that have not yet been recognized.

Keywords: territory; territorial governance; territorial heritage; Territorial Basket of Goods and Services; territorial development."

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Elementos que formam o patrimônio territorial.....	23
QUADRO 1:	Matriz teórico-metodológica da pesquisa.....	45
FIGURA 2	Eixos estratégicos de desenvolvimento do turismo no Paraná 2016-2026 (4)	49
FIGURA 3	Dançarinos de fandango no centro histórico de Paranaguá.....	51
FIGURA 4	Barreado servido em restaurante de Morretes.....	55
FIGURA 5	O teste do barreado.....	56
FIGURA 6	Ostras servidas no Restaurante Ostra Viva.....	58
FIGURA 7	Cachaça Porto Morretes.....	60
FIGURA 8	Cachaças a venda na feira de Morretes.....	62
FIGURA 9	Cataia em floração.....	64
FIGURA 10	Cataia produzida em Matinhos.....	65
FIGURA 11	Barcos de pesca na orla de Matinhos.....	67
FIGURA 12	Pesca da tainha na Ilha do Mel.....	69
FIGURA 13	Mandioca branca de Morretes.....	72
FIGURA 14	Bala de banana da marca Antonina.....	75
FIGURA 15	Ovo de Páscoa com bala de banana.....	77
FIGURA 16	Fotografia de Satélite do Litoral do Paraná.....	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Origem dos turistas que vem ao Litoral do Paraná.....	48
TABELA 2 – Parques Nacionais no Litoral do Paraná.....	79
TABELA 3 – Bens e serviços do Litoral do Paraná e a CBST.....	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral:	14
1.2.2	Objetivos específicos:	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	TERRITÓRIO	16
2.2	PATRIMÔNIO TERRITORIAL, SEUS RECURSOS E ATIVOS	21
2.2.1	Abordagem sobre patrimônio territorial	21
2.2.2	Recursos e ativos territoriais	26
2.2.3	Especificidade e tipicidade territorial	29
2.3	CESTA DE BENS E PRODUTOS TERRITORIAIS (CBST)	31
2.3.1	O debate sobre a CBST	31
2.4	DESENVOLVIMENTO X DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	39
3	METODOLOGIA	44
4	BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS DO LITORAL DO PARANÁ	48
4.1	FANDANGO CAIÇARA	51
4.2	BARREADO	54
4.3	OSTRAS DO CABARAQUARA	58
4.4	CACHAÇA DE MORRETES	60
4.5	CATAIA (UÍSQUE CAIÇARA)	64
4.6	PESCA	67
4.7	MANDIOCA	72
4.8	BALA DE BANANA	75
4.9	PAISAGEM NATURAL	78
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

O mundo globalizado, onde as pessoas de países separados por milhares de quilômetros consomem os mesmos produtos e comem das mesmas marcas de *fast food*, paralelamente, gerou um interessante fenômeno de busca por produtos e experiências regionalizadas, com origem de procedência e que somente são encontrados ou produzidos com especificidades territoriais.

As experiências regionalizadas resultam do aproveitamento de ativos e recursos territoriais, os quais, se adequadamente ativados, podem ser um fator de desenvolvimento dos territórios, contemplando todas as dimensões, a econômica, social, cultural e ambiental, ao mesmo tempo criando um senso de identidade e pertencimento que favorece o desenvolvimento territorial.

Nas publicações, *O retorno do território* (SANTOS, 1994) e *A guinada territorial da economia global* (PECQUEUR, 2009), os autores destacaram a necessidade de revalorização da dimensão territorial. Santos propunha a construção de novas horizontalidades, que permitissem encontrar novos caminhos, o espaço de todos, a partir da base da sociedade territorial. Pecqueur (2006), priorizando a dimensão econômica dos processos de desenvolvimento, fazia menção à possibilidade de avançar da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora, ou seja, transformar as especificidades territoriais, consideradas usualmente vantagens comparativas, em vantagens diferenciadoras.

Assim, observando o que é único no território, podem ser explorados estes bens e serviços que contribuem com o desenvolvimento do local, aliando a exploração das atividades produtivas aos valores humanos, promovendo uma reconexão dos atores locais com o ambiente onde estão inseridos. Um dos enfoques teóricos que associa a valorização das especificidades locais com a ação coletiva dos atores territoriais é a que se refere à Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Já no que se refere ao reconhecimento de produtos com especificidade territorial e sua notoriedade, é utilizada a estratégia de registo de uma Indicação Geográfica (IG) e/ou Marca Coletiva (MC)¹.

Ao unir os saberes dos habitantes originários com os migrantes que chegaram posteriormente se criou uma (re)territorialização típica e com especificidades locais, onde os hábitos e costumes de cada migrante mesclaram-se de maneira única, criando as

¹ A abordagem destes dois temas não será feita nesta dissertação, fazendo parte de pesquisa de outro colega de curso.

especificidades territoriais nos bens e serviços que surgiram ao longo do passar do tempo, conforme as necessidades de cada local.

Pecqueur (2009) afirma que, considerando a linearidade de produtos genéricos de qualidade diferente, mas comensuráveis, as produções encontram-se entregues a uma concorrência na qual somente as economias com baixo custo de produção (com domínio equivalente das tecnologias) podem triunfar. Neste caso, sugere o autor, que a saída para o problema consiste em diferenciar o produto, para que ele se torne específico. A especificidade resulta de fatores, tais como, o contexto territorial, a história e a cultura do lugar, o conhecimento acumulado e mesmo a própria paisagem. A especificidade não é “dada”, ela resulta de um processo de especificação, pela definição e reconhecimento de modos de produção associados a um território. Assim, um recurso com especificidade territorial resulta de uma construção coletiva e, portanto, não existe “a priori”, permanecendo como potencial enquanto não for ativado por um projeto de valorização, seja no sentido mercantil, ou mesmo simbolicamente (PERRON; JANIN, 2020).

O Litoral do Paraná é composto por sete municípios (Antonina, Guaraqueçada, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), com características populacionais, níveis de desenvolvimento e exploração comercial distintas, totalizando uma população aproximada de 302.000 habitantes², distribuída em variadas atividades produtivas, contemplando áreas afeitas ao turismo, atividade portuária, produção rural, indústria e comércio, formando a Microrregião Homogênea de Paranaguá. Essa microrregião situa-se geograficamente no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá, abrangendo parte da Floresta Atlântica e suas serras.

O território tem ocupação humana desde cerca de 6 mil anos atrás, pelo chamados “homens do sambaqui” e quando da ocupação europeia, era habitado quase que exclusivamente por indígenas Carijós (PIERRI; ÂNGULO; SOUZA; KIM, 2006).

Segundo Liccardo, Sobanski II e Chodur (2004), a ocupação do Litoral do Paraná por europeus iniciou no século XVI, quando a Capitania de São Vicente foi entregue a Martim Afonso de Souza, que enviou exploradores para a região em busca de ouro, que teria sido encontrado com os habitantes originários do território. A potencial existência de ouro e prata na região levou à fundação da Vila de Paranaguá em 1640, a primeira do Paraná.

² Fonte: IBGE, 2021.

A atividade de busca de minérios representa, talvez, o mais importante papel na história do Brasil, se nem sempre econômico, contudo de extrema relevância social e cultural. A busca por ouro e prata se justificava à medida que eram proibidos outros tipos de mineração, a produção de sal e a metalurgia, crimes estes puníveis muitas vezes com a morte (LICCARDO; SOBANSKI II; CHODUR, 2004, p. 43).

Os portugueses habitantes de ilhas, açorianos e madeirenses em especial, foram incentivados a migrar para ocuparem lugares estratégicos para a coroa portuguesa no Brasil, com a promessa de terras, sementes, animais, tendo sido este fluxo mais intenso entre 1747 e 1756 (COUTO, 2003), com várias destas famílias habitando o Litoral do Paraná, marcando a arquitetura das cidades, em especial Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá, o que ainda pode ser encontrado em muitos prédios históricos, hoje tombados pelos Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Abrahão e Bahl (2011) informam que após o fim da exploração de minérios no século XVIII, a vila de Paranaguá passou a ser mantida como ponto estratégico de defesa e, embora tenha perdido o status de capital da província para Curitiba em 1851, a atividade portuária manteve-se como o grande atrativo da região, sendo milho, feijão, tabaco, carne-seca, toucinho e erva-mate os principais produtos exportados, oriundos de outras regiões do Estado, enquanto eram importados sal, algodão e farinha de trigo (KROETZ, 1985).

Como destacado anteriormente, Paranaguá foi a primeira Vila do Paraná, fundada em 1640, porém outros municípios do Litoral do Paraná também têm sua origem nas migrações de portugueses ocorridas no século XVIII: (i) Antonina em 1714; (ii) Morretes em 1721; (iii) Guaratuba em 1771, todas estas como fruto das iniciativas do governo português para a ocupação do litoral com o objetivo de garantir seu domínio sobre o território que julgavam estratégica e economicamente importante. É importante salientar que Guaraqueçaba também tem ocupação de migrantes portugueses desde o século XVII, possuindo assim casarões históricos desta época (SOUZA; PASSOS; YAMAKI, 2011), sendo distrito de Paranaguá até a emancipação ocorrida em 1947.

Os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná tiveram ocupação diferente, tanto por sua posição geográfica distante das estradas então existentes quanto por não oferecerem as características que foram privilegiadas quando do início das migrações de portugueses (importância estratégica, minérios, áreas férteis etc.). Assim, havia nesses municípios ocupação esparsa por habitantes caiçaras miscigenados de europeus com indígenas que sobreviviam de pequenas roças de subsistência e da pesca, além de fazerem

o transporte de bens e pessoas entre as demais vilas da região, fosse em carroças, fosse em canoas (BIGARELLA, 2009).

A abertura das principais estradas que ligam o Litoral do Paraná ao restante do país na década de 1920 e também com o início das operações da balsa em Guaratuba em 1960 (CHEMIN; ABRAHÃO, 2014) promoveu o crescimento do território e sua descoberta como destino turístico, em especial nas cidades com maior balneabilidade (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná).

Os balneários marítimos paranaenses foram explorados por imigrantes alemães e seus descendentes, oriundos principalmente de Curitiba, que valorizavam o contato com o mar para fins terapêuticos, muitas vezes estabelecendo residências secundárias, característica do turismo da região, com os primeiros edifícios acima de quatro andares surgindo a partir dos anos 1980 (ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2017).

Esta situação moldou o turismo nos balneários paranaenses, muitas vezes considerados destinos exclusivos e reduto das pessoas de maior poder aquisitivo. Esta situação culminou com Matinhos tendo o terceiro metro quadrado mais caro do país em 1990, atrás apenas do Rio de Janeiro e do Guarujá (DREYER, 2006), título este que é avidamente alardeado localmente, com orgulho, até pela população economicamente vulnerável e é uma ambição política que o metro quadrado local volte a tal patamar.

Os bens e serviços que surgiram no Litoral do Paraná são resultados destas interações, tanto as pretéritas quanto mais recentes, adaptando-se os hábitos e costumes para harmonizar as necessidades dos habitantes locais com as dos visitantes, que há décadas buscam as cidades litorâneas paranaenses como destino de férias ou mesmo tendo no território uma segunda residência.

Embora haja no território vários atrativos únicos, com produtos e serviços com certa especificidade, grande parte das atividades produtivas e de serviços está focada na produção de bens e serviços genéricos, que não têm qualquer conotação de pertencimento ao local e que poderiam ser produzidos em qualquer outro local, sem ter identidade própria e sem criarem a conexão do consumidor e do produtor com o território. Em relação aos atrativos com especificidade territorial ou típicos, já há uma produção acadêmica significativa, no entanto, em geral tratam-se de estudos focados em algum produto em particular (MENEZES; CURVELO; DERETTI, 2020; DENARDIN; KOMARCHESCKI, 2015; ESTADES, 2003; SOUZA; NOGUEIRA; GONÇALVES, 2021; OLIVEIRA, 2021; DENARDIN, SULZBACH, 2021; ANDRIGUETTO FILHO,

2002; NUNES, CHEMIN, ABRAHÃO, 2017; RADOMSKI et al., 2013; GIMENES-MINASSE, 2023). Portanto, falta uma visão integrada da realidade do litoral paranaense.

Observando o que tais estudos já evidenciaram, tem-se o entendimento de que há na região um potencial significativo de recursos e ativos, tanto tangíveis quanto intangíveis, que, por meio de uma estratégia de valorização integrada, teriam potencial de compor uma oferta compósita de bens e serviços territorializados, a exemplo do que propõe o enfoque da CBST, somando-se às estratégias de IG.

O enfoque teórico-metodológico da CBST, originalmente, foi elaborado por uma equipe de pesquisadores da *Université Pierre Mendès de Grenoble* (França), que tem como foco central o processo de desenvolvimento territorial dos produtos e serviços de qualidade, associados às características específicas de determinado território. A ação combinada de diferentes atores sociais é fundamental para iniciar e manter no tempo o processo de especificação ou valorização de produtos e serviços característicos de um território (PECQUEUR, 2005; MOLLARD; PECQUEUR, 2007). Segundo Campagne e Pecqueur (2014), a CBST se adequa e se torna mais efetiva quando aplicada em zonas rurais desfavorecidas, contribuindo para a territorialização desse tipo de espaço.

A metodologia proposta para a formação de uma CBST vem sendo adaptada para diferentes territórios ao redor do mundo, com as propostas de ativação utilizando as especificidades locais mas também as dinâmicas sociais, que são diferentes daquelas do projeto original da *Université Pierre Mendès de Grenoble*, já havendo estudos sobre a aplicação desta metodologia no Brasil (CAZELLA et al., 2020, TECCHIO et al., 2020, MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021).

O objetivo deste estudo é investigar quais as condições e/ou fatores estão presentes no Litoral do Paraná para oportunizar uma oferta compósita de produtos e serviços territorializados, a exemplo de uma CBST, além de prospectar possíveis impactos no desenvolvimento territorial, considerando os ativos e recursos territoriais, tanto os já ativados, quanto os que ainda não tenham sido reconhecidos.

1.1 JUSTIFICATIVA

Por meio dos estudos realizados e da identificação da trajetória socioeconômica do Litoral do Paraná, descrita nesta dissertação, é possível perceber o potencial que existe no território. A valorização da trajetória da região pode tornar-se um elemento de

diferenciação dos produtos locais, que não sejam replicados em nenhum outro lugar, o que agrega um valor intangível, tanto comercial quanto social.

A ressignificação dos saberes locais, até mesmo com um viés econômico deve ser considerada quando pensamos no desenvolvimento territorial, pois estes derivam das necessidades e características do local em si, sendo adaptadas de saberes trazidos pelas populações que aqui se estabeleceram, mas adequadas ao ambiente encontrado.

Vários estudos sobre o tema de CBST, clusters e desenvolvimento territorial já foram produzidos, mas é necessário um enfoque local para que sejam analisadas as questões particulares do Litoral do Paraná, que tem cultura e potencialidades próprias, sendo resultado dos vários tipos de ocupação praticados.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), as atividades relacionadas comércio e serviços representam 78,74% da produção e renda locais, seguidos pela indústria (20,56%) e produção primária (0,7%). Os dados do IPARDES demonstram que na região predominam atividades ligadas aos setores de comércio e serviços, sobressaindo-se atividades focadas em alojamento e alimentação.

No Litoral do Paraná os produtos específicos são essencialmente oriundos de agroindústrias familiares, onde a produção é feita utilizando-se de saberes passados de uma geração à outra. Principalmente nos municípios balneários do Litoral do Paraná destaca-se o turismo de segunda residência, com muitos proprietários de imóveis locais utilizando-os com frequência, ante a proximidade com a capital do Estado, e que muitas vezes não conhecem os produtos específicos do território, que são muitas vezes relegados à pequenas feiras ou ainda, quando conhecem um, não conhecem outro.

A investigação quanto à possibilidade de integração entre os diversos ativos e recursos com especificidade territorial, mediante o reconhecimento de suas qualidades específicas e a eventual contribuição desta dinâmica para o desenvolvimento territorial é foi o propósito principal dos estudos realizados, somando-se ao fato de não terem sido localizados estudos acerca das possibilidades de implementação de uma CBST no Litoral do Paraná.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral:

Analisar as condições e/ou fatores presentes no Litoral do Paraná para oportunizar

uma oferta compósita de produtos e serviços com especificidade territorial, buscando compreender, a partir das dimensões do patrimônio territorial, o potencial para ativação do processo de desenvolvimento territorial.

1.2.2 Objetivos específicos:

- a- Identificar os produtos ou serviços com especificidade territorial, reconhecidos ou como potenciais presentes nos municípios do Litoral do Paraná;
- b- Identificar os produtos ou serviços com especificidade territorial, reconhecidos ou ainda como potenciais, no Litoral do Paraná, avaliando as possibilidades e/ou viabilidade de virem compor uma oferta compósita de produtos e serviços, na forma de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais;
- c- Fazer prospecções em relação a uma oferta compósita de produtos e serviços (CBST) que possa contribuir na ativação do processo de desenvolvimento no Litoral do Paraná.

1.3 ESTRUTURA DO TEXTO

O texto da dissertação está estruturado em quatro partes. A primeira traz a justificativa e os objetivos. A segunda, traz os referenciais teóricos que guiarão o presente trabalho, a terceira parte trata da metodologia e a quarta parte, apresenta um panorama sobre a situação do Litoral do Paraná, trazendo alguns produtos específicos do território e suas potencialidades já ativadas ou não. Por derradeiro, serão apresentados os resultados obtidos, com a exposição acerca das efetivas possibilidades existentes no Litoral do Paraná para a formação de uma CBST.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a compreensão dos conceitos envolvidos no objeto do presente trabalho é necessária a explanação sobre as principais teorias que embasaram a pesquisa e as conclusões: território, patrimônio territorial e CBST. A interpretação integrada de tais conceitos fornece a fundamentação necessária para o trabalho, formando a estrutura axiomática para explicar a dinâmica territorial do desenvolvimento (DALLABRIDA, 2020c). Adicionalmente, serão utilizados os conceitos de Território, Patrimônio Territorial, Governança Territorial, Ativos e Recursos Territoriais, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e Desenvolvimento Territorial para identificar, analisar, prospectar e, por fim, verificar a possibilidade de formar uma proposta de oferta compósita de bens com especificidade territorial do Litoral do Paraná.

2.1 TERRITÓRIO COMO LOCUS DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL

Ao se pensar em território é comum que o conceito atribuído seja a forma clássica da Geografia, como um espaço físico delimitado politicamente, diretamente referenciando a outros pontos e características genéricas: em que Estado ou país está, sua população, o que produz, com quais outros locais fazem fronteira. Porém, esta é uma visão limitada do conceito de território, exigindo considerar outros aspectos ao pensarmos no desenvolvimento territorial.

Muitos foram os entendimentos sobre território que se expressaram através dos tempos, desde a noção básica de espaço delimitado geograficamente, evoluindo para noções mais complexas, tendo outros parâmetros para sua definição. Fuini (2017, p. 154) nos diz que “Toda terra é um território, mas, indiscutivelmente o contrário não se valida”.

O clássico geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) entendia o território como uma expressão legal e moral do Estado, união do povo e do solo sobre a qual se organizaria a sociedade (VALVERDE, 2004). Nesta visão clássica, não havia harmonia entre a população e o local de habitação, sendo este um limitador das capacidades humanas, engessado pelo Estado, sem possibilidade de mudança.

Nesta poderosa ação do solo que se manifesta através de todas as fases da História, bem com o de todas as esferas da vida presente, há algum a coisa misteriosa que angustia o espírito; pois a aparente liberdade do homem parece

aniquilada. Vemos, com efeito, no solo a fonte de toda servidão. Sempre o mesmo e sempre situado no mesmo ponto do espaço, ele serve com o suporte rígido aos humores, às aspirações mutáveis dos homens, e quando lhes acontece esquecer este substrato, ele os faz sentir seu poder e lhes recorda, através de sérias advertências, que toda vida do Estado tem suas raízes na terra. Ele regra os destinos dos povos com um a cega brutalidade. Um povo deve viver sobre o solo que recebeu do destino, deve morrer aí, deve suportar sua lei (RATZEL apud VALVERDE, 2004, p. 119-20).

Gottmann (1973, apud Saquet 2007) diz que o território é organizado por agentes humanos, política, jurídica e economicamente, em relações sociais de domínio e controle, tendo o território um caráter concreto, material e político-ideológico.

Ainda nos anos 70, Giuseppe Dematteis reconhece

[...] a complexidade dos problemas territoriais, inerentes à *coexistência*, no espaço, de *factos* heterogêneos combinados territorialmente e, a articulação entre a discussão teórico-metodológica da geografia e aspectos do *real*; enaltece a atuação dos sujeitos sociais na reorganização do território, o que é outra contribuição importante para nossa reflexão, pois procedimentos e categorias que se utilizam para estudar fenômenos e processos do *real* podem ser utilizados para se estudar o movimento do pensamento. Este próprio movimento é inerente ao processo de construção histórica e multiescalar do território, enfim, à nossa vida de cada dia (apud SAQUET 2007, p. 60. Grifos no original).

No período dos anos 80 e 90, a conceituação passa por nova mudança de abordagem, especialmente com a noção de território manifestada por Raffestin (1993), que ressalta sua dimensão relacional, como manifestação espacial de poder, fundamentada em relações sociais determinadas por ações e estruturas concretas (energia) e simbólicas (informação), portanto, resultando de relações entre sociedade e natureza.

Santos (1999) diz que o território em si não é uma categoria de análise, mas somente o território usado é passível de ser um gerador de projetos das ciências sociais.

Na busca da conceituação de território, devem ser buscadas fontes em diversas áreas do conhecimento, a fim de se obter um conceito abrangente sobre todas suas nuances e diversas interpretações, pois o “[...] território não se confunde e não se restringe ao conceito de espaço da mesma forma que não pode ser usado como mero sinônimo de região ou de lugar – ou local” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 107).

Em geral, o conceito de território é associado ao espaço físico ocupado

Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo,

construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios (FERNANDES, 2008, p. 193-194).

Acerca da busca do conceito de território Hasbaert e Lemonad (1999, p. 9) nos trazem que “[...] o homem nasce com o território e vice-versa, o território nasce com a *civilização*”. Para os mesmos autores a noção de território se configura com: (i) a distinção entre território e espaço geográfico, sendo este mais amplo que aquele; (ii) a construção histórica e social que envolve a sociedade e o espaço geográfico; (iii) uma dimensão subjetiva (identidade territorial) e uma objetiva (instrumentos de ação político-econômica).

A partir da apropriação do espaço físico pelas pessoas, o território se forma, a partir de três dimensões:

uma *subjetiva*, baseada na representação social que um grupo tem do território ocupado, seus recursos, modalidades de utilização (conhecimentos técnicos e recursos do viver), acesso e distribuição; *concreta*, considerando as práticas sociais de apropriação e organização do trabalho e as técnicas e instrumentos utilizadas na apropriação; e a *abstrata* que se refere às normas, regras e instituições que são mobilizadas pela coletividade para acessar, usar, distribuir e preservar os recursos do território, dando estabilidade ao processo de apropriação (FUINI, 2017, p. 154).

Atualmente se entende que o conceito de território tem caráter polissêmico e interdisciplinar, enfatizando ser este “[...] uma relação espaço-tempo em que destacam as relações sociedade-natureza, com suas contradições, rupturas, continuidades, ritmos, singularidades e universalidades” (SAQUET, 2022, p. 105).

Pecqueur (2006) diferencia o território dado do território construído.

O território dado é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. [...] Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc.

O território construído: nessa perspectiva, o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a posteriori. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios (p. 11).

Saquet (2015; 2022) leciona que o território é uma construção social, histórica e relacional. Segundo essa compreensão, o território está sempre vinculado aos processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas que nele residem,

contemplando tanto as dimensões físico-naturais do lugar, como as atividades produtivas nele realizadas, sua gente com seu saber-fazer, seus costumes e tradições, sua história.

Somente com as atividades humanas temos um território, em um amálgama indelével entre sociedade e o espaço ocupado:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter políticodisciplinar: apropriação e ordenamento do espaço com forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Assim, associar o controle físico ou a dominação objetiva do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (HAESBAERT, 2001, p. 121).

Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021) apontam cinco características do território construído

(a) são múltiplos e podem deixar de existir, sendo frequente ocorrer sobreposições de atores e de espaços geográficos; (b) seus limites geográficos e organizacionais não são nítidos; (c) buscam valorizar recursos territoriais específicos; (d) são objetos de conflitos e cooperação entre atores que se apropriam de recursos e os integram a projetos de desenvolvimento e (e) apresentam arranjos mais ou menos consolidados de governança territorial a partir de acordos constituídos entre as distintas categorias de atores envolvidas com projetos territoriais (p. 6).

O processo de transformação do espaço físico em território é chamado de territorialização, que ocorre a partir da apropriação humana de determinado local, manipulando a natureza em diferentes níveis, conforme as resistências encontradas, territorializando o espaço de forma social, natural e espiritual, por meio das intrincadas tramas, histórias, memórias que formam a identidade plural da comunidade (SAQUET, 2022).

Haesbaert (2003, p. 20) denomina territorialização “[...]as práticas e os significados humanos em relação ao espaço, ou seja, suas formas de apropriação e dominação”, sendo este sempre contínuo, ocasionando inúmeras desterritorializações e reterritorializações, antes as perenes mudanças da sociedade e dos indivíduos.

[...] na medida em que agrupamentos sociais abandonam ou são forçados a deixarem determinados territórios, como processos de desterritorialização, que podem ser naturais ou não, acontecem novos processos de territorialização, pois esses mesmos grupos passam a ocupar novos recortes territoriais, ocorrendo assim um processo de reterritorialização. Com isso, esses

agrupamentos sociais constroem novos elos com o local onde se inserem, configurando novas territorialidades (MOREIRA; DALLABRIDA; MARCHESAN, 2016, p. 91-92).

Os constantes processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização imbuem o espaço físico de características únicas, por vezes perdendo usos e costumes em seu curso e ao mesmo tempo criando outros totalmente novos ou mesclas indefiníveis entre os hábitos dos que primeiro se estabeleceram no território e os que chegaram, seja de forma pacífica ou agressiva.

O território é mais do que um espaço geográfico, com as interdependências criadas entre o espaço e seus habitantes, com suas divisões político-administrativas constantes em leis e mapas, mas também com territorialidades que desconhecem estas fronteiras e separações, onde um território pode ocupar mais do que um espaço geográfico ou vice-versa, com um espaço geográfico sendo ocupado por múltiplas territorialidades.

A atuação humana sobre os espaços físicos, onde a sociedade usa, atua, modifica, cria, destrói o ambiente para atender seus interesses, permite criar um território único, com sua própria identidade, onde os saberes foram moldados ao longo de gerações para o maior conforto de quem ali vive. Esta identificação das pessoas com o território é chamada de territorialidade que é

[...] um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc (SAQUET; BIRSKIEVICZ, 2009, p. 8).

Os mesmos autores propõe que existem vários territórios formados na vida cotidiana: (i) *território do cotidiano*, não-contínuo, onde se obtém a satisfação das necessidades; (ii) *território das trocas*, no qual regional, nacional e internacional se encontram pela circulação de mercadorias; (iii) *território de referência*: composto pelas memórias dos antepassados, que forjaram a identidade local, com suas histórias e saberes; (iv) *território sagrado*: ritos, festas e cerimônias ligadas à religião que são característicos do território (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

No Litoral do Paraná diversas foram as territorializações, desterritorializações e reterritorializações, com novos habitantes se apropriando dos usos e costumes dos anteriores, utilizando e modificando a abundante natureza do local, ao mesmo tempo que mesclaram com seus próprios, resultando em um local com especificidades, ainda que dividido em sete municípios, pode ser considerado como um território que apresenta certas especificidade territoriais que lhe atribuem traços identitários.

Existem registros de ocupação humana no Litoral do Paraná há pelo menos 6.000 anos, pelos chamados homens do sambaqui, sendo que quando houve a chegada dos europeus no século XVI, a região era habitada por indígenas Carijós (PIERRI; ANGULO, SOUZA; KIM, 2006). Com a necessidade de ocupar o Brasil colônia, as políticas migratórias atraíram diversas etnias europeias para o Litoral do Paraná, sendo em primeiro lugar ilhéus portugueses (especialmente açorianos) e posteriormente italianos (BALHANA, 1996). Com estes imigrantes, também chegaram os africanos escravizados e diversas outras etnias, uma vez que Paranaguá possui desde o início da ocupação europeia um porto de grande movimento.

A miscigenação de todos estes povos moldou o território, em seus muitos processos de (re)territorialização, criando especificidades locais que distinguem o território, com saberes, costumes, produtos característicos. Ainda quem separado em sete cidades, cada qual com suas características próprias, o Litoral do Paraná pode ser estudado como um território único, dadas as necessidades, peculiaridades e identidades locais.

E, com mais características que os unem do que os diferenciam, os municípios do Litoral do Paraná devem ser considerados como uma unidade quando são formuladas políticas pelos agentes governamentais, com uma colaboração entre todos os atores territoriais a fim de que o desenvolvimento acompanhe as características deste território, trazendo verdadeiro desenvolvimento.

2.2 PATRIMÔNIO TERRITORIAL, SEUS RECURSOS E ATIVOS

2.2.1 Abordagem sobre patrimônio territorial

O patrimônio, inicialmente, era visto como algo tangível pertencente a determinada pessoa, passando gradativamente a também ser concebido como algo que pode ser coletivo, resultado de anos de interações entre seres humanos e natureza.

A evolução da concepção de patrimônio – de objeto a processo – se torna possível a partir de duas rupturas de paradigma. A primeira ruptura é a superação da visão dicotômica entre natureza e cultura – sendo a primeira ligada ao espaço natural, intocado, conservado; enquanto a segunda se liga às cidades, à ação humana, sendo os objetos de interesse patrimonial ainda pontuais, com concepções ainda dissociadas de perspectivas de desenvolvimento e cuja conservação se dá em ilhas de seleção, mesmo que associadas a um entorno e um contexto urbano.

A segunda ruptura paradigmática ocorre no entendimento do patrimônio enquanto processo, trazendo a discussão do patrimônio às ciências territoriais, assumindo conotação geográfica [...]. Essa concepção, portanto, deixa de promover seleções de objetos particulares e engloba o processo de construção social do território em camadas, formadas espaço-temporalmente (NOSSA; ALMEIDA, 2020, p. 2).

Assim, temos que cada território possui um conjunto de características sociais e geográficas únicas, que surgem da ocupação antrópica e derivam da utilização do território, podendo estas serem tangíveis ou intangíveis, formando um patrimônio específico do local.

Carneiro (2009) busca a raiz etimológica da palavra patrimônio para evocar o senso de que o termo designa algo não apenas particular, mas também da sociedade:

A palavra patrimônio é formada por dois vocábulos greco-latinos: "*pater*" e "*nomos*". A palavra "*Pater*" significa chefe de família, ou em um sentido mais amplo, os antepassados. Dessa forma pode ser associada, também a bens, posses ou heranças deixados pelos chefes ou antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial – um bem cultural ou artístico também pode ser um legado de um antepassado. A palavra "*Nomos*" origina-se do grego. Refere-se a lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. O "*nomos*" relaciona-se, portanto com o grupo social. O patri-mônio pode ser compreendido, portanto, como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro (n.p.).

Segundo Poli (2015), nas ciências sociais o patrimônio assume uma conotação geográfica, destacando não somente os elementos pontuais (igrejas, edifícios, árvores...), mas ao todo territorial, como uma forma unitária, uma coevolução entre natureza e cultura. Neste sentido, o território passou a ser visto como elemento de suporte para elemento proativo no planejamento, resultado de processos históricos de construção e reconstrução. Para Ferreira (2006, p. 79), falar de patrimônio é evocar a “[...] permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades”.

O reconhecimento dos elementos do patrimônio pelos habitantes do território é relevante pois

[...] relacionam os sujeitos aos espaços públicos das cidades e as representações espaciais como aspectos específicos do lugar. A praça é

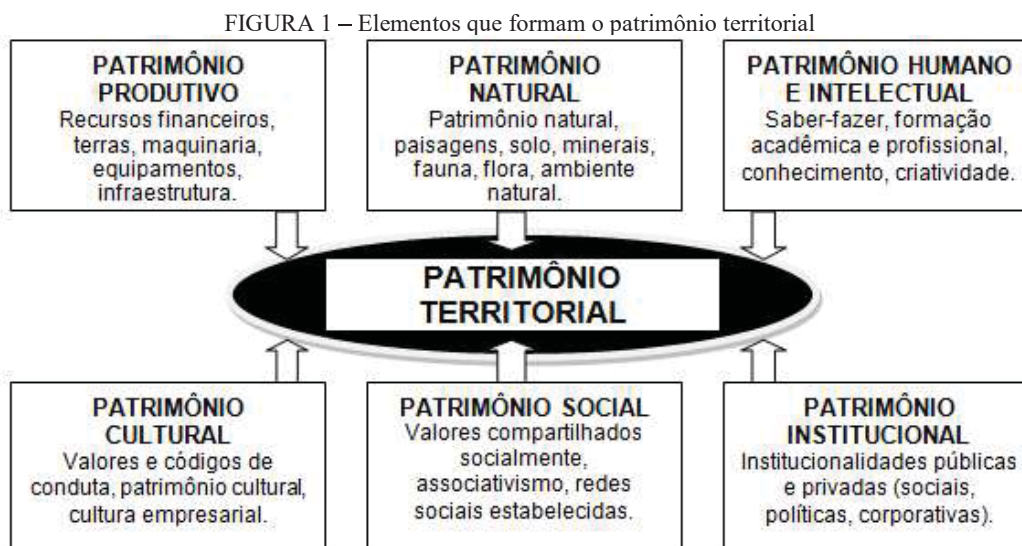
reafirmada como um lugar do passado e do tempo presente, há uma relação de uso-significado, uma referência espacial que resistiu material e simbolicamente, os elementos que ela suscita como o monumento e a igreja tornam-se símbolos que evocam sua memória [...] (SOUSA, 2020 p. 224).

O patrimônio é visto como algo a ser preservado enquanto representação da história da sociedade, valorizado pelos atores nas dimensões cultural, técnica, e política.

Cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas [...] (PAES, 2009, p. 163).

Ao visualizar o patrimônio de uma perspectiva territorial, engloba-se desde as manifestações culturais (festas, comidas, danças) até mesmo construções que fazem que aquele território tenha seu senso de comunidade e seus habitantes, o senso de pertencimento (ZAOUAL, 2010).

A figura a seguir resume os elementos que formam o patrimônio territorial



FONTE: Dallabrida, 2020a.

Dentro do território, com suas (re)territorializações, muitos elementos surgem especificamente de forma distintiva: sua arquitetura, comportamentos, meios de produção, saberes, expressando-se em seis componentes:

(i) patrimônio produtivo – recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) patrimônio natural – as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, minerais, fauna e flora; (iii) patrimônio humano e intelectual – o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) patrimônio cultural – valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) patrimônio social – valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; e (vi) patrimônio institucional – institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo (DALLABRIDA, 2020a, p. 28).

A interação entre os humanos e o território que ocupam cria a identidade local, os hábitos e costumes que lhe são particulares, criando o senso de comunidade, ao mesmo tempo que faz com que os habitantes entendam tais elementos (materiais e imateriais) como *seus*, atribuindo a estes um *valor*, que pode ser comercial ou cultural, enfim, um meio de demonstrar que no território existem elementos que são únicos e seus habitantes tem orgulho disto.

O patrimônio territorial tem assim um

[...] caráter extensivo e integrado: ele se refere simultaneamente aos valores do ambiente físico, do ambiente construído e do ambiente humano interpretados em suas relações coevolutivas. O patrimônio não é mais objeto de políticas e economias setoriais (turismo, cultural) à margem do desenvolvimento; suas características distintivas, que definem a identidade de um lugar, representam os recursos potenciais de um estilo de desenvolvimento original e duradouro, abordando de forma integrada o conjunto de atividades que contribuem para definir suas características: produtivas, de assentamento, ambientais, culturais e sociais (MAGNAGHI, 2001, p.14)³.

Para que efetivamente se entenda os recursos e ativos materiais e imateriais do território como elementos com valor é necessária a *patrimonialização do território*, ou seja, a incorporação dos valores historicamente construídos em determinada sociedade, que fundamentam as relações entre o território e a cultura, valorando estes bens e os utilizando para impactar a economia local (SONAGLIO; ZAMBERLAN; BUSON, 2020).

Dentro de um espaço político-geográfico podem existir diversos territórios, conforme já discutido no capítulo anterior, e da mesma forma o patrimônio pode pertencer a pequenos grupos dentro de um município, estado/região ou país e, ainda que

³ No original: *carattere estensivo e integrato: esso si riferisce contestualmente ai valori dell'ambiente fisico, dell'ambiente costruito e dell'ambiente antropico interpretati nelle loro relazioni coevolutive. Il patrimonio non è più oggetto di politiche e di economie di settore (turistico, culturale) a lato dello sviluppo; i suoi caratteri peculiari, che definiscono l'identità di un luogo, rappresentano le risorse potenziali di uno stile di sviluppo originale e durevole, "trattando" in modo integrato l'insieme delle attività che concorrono a definirne i caratteri: produttive, insediative, ambientali, culturali, sociali* (Tradução do autor).

reconhecido pelos demais habitantes, a patrimonialização ocorre apenas por parcela da população.

Alguns autores entendem o patrimônio territorial como surgindo através das interações sinérgicas entre o ambiente físico (meio ambiente), construído (construções, técnicas) e antrópico (as sociedades e suas peculiaridades), tornando-se algo que vai ser herdado pelas gerações futuras (DALLABRIDA, 2020a).

As teorias sobre o patrimônio territorial também sugerem este como um conjunto integrado dos recursos e ativos materiais e imateriais, onde estes são parte da estratégia de desenvolvimento, além de não serem interpretados de forma isolada, mas sim como parte da somatória de todas as experiências que sobrevieram do uso do espaço físico por seus habitantes (DALLABRIDA, 2020a).

Dallabrida (2020a) resume esta categoria conceitual.

O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (p. 12).

Para que contribua efetivamente no desenvolvimento do território, o patrimônio deve ser ativado, ação esta que sempre deve partir dos próprios atores sociais, em uma integração entre a comunidade, instituições e universidade, sempre respeitando-se os tempos necessários para que os processos se concretizem (COSTA, 2017).

Em uma proposta para mensurar a ativação do patrimônio em determinado território, Dallabrida et al. (2023) propuseram uma análise através de um índice que expressasse a realidade social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural do local, chamando este de “Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP)”. Em tal estudo, se propõe ao uso e valorização dos elementos que constituem o patrimônio territorial, com o fim de superar as condições específicas que dificultam o desenvolvimento, para que passem a ter um caráter socioprodutivo, resultando em melhor qualidade de vida para os habitantes.

Quando, portanto, utiliza-se a expressão “ativação”, faz-se referência à necessidade de transformação dos fatores territoriais ainda na situação de recursos, não revelados ou não aproveitados adequadamente em ativos territoriais aptos a contribuir no desenvolvimento territorial. Por extensão, realizar, alcançar a “ativação do patrimônio territorial” significa identificar e/ou revalorizar as potencialidades, pô-las em atividade, em uso, na perspectiva de passarem a contribuir de forma mais significativa no desenvolvimento territorial, tanto no sentido socioprodutivo quanto no contributo à melhoria da

qualidade de vida das pessoas que vivem no território. Pode ser tanto um fator tangível (ex.: terra cultivável), quanto intangível (valorização de uma expressão cultural, ou de um saber-fazer local, ou a propensão à cooperação) (DALLABRIDA et al., 2023, p. 11).

O patrimônio territorial do Litoral do Paraná é formado durante toda sua ocupação, expressando-se em todas as dimensões (social, produtiva, cultural, natural, institucional e humano-intelectual), destacando-se formas próprias de produção, prédios emblemáticos, comidas, danças, hábitos, que muitas vezes não são vistos como patrimônio do local, sendo explorados apenas pelo turismo. Com a busca da apropriação destes verdadeiros bens pelos atores locais, com tratamento de patrimônio e não apenas de atrativo turístico, pode-se ter mais clareza sobre os componentes do patrimônio do território e quais as condições para sua ativação, contribuindo assim para o desenvolvimento territorial.

2.2.2 Recursos e ativos territoriais

A literatura divide o patrimônio territorial em *recursos* e *ativos*, dividindo também em quatro tipologias: genéricos, específicos, materiais e imateriais. Pecqueur (2005) assim diferencia os recursos e ativos

Por ativos, entendemos fatores em atividade”, enquanto que os recursos são fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitirem (grifos no original, p. 13).

Os ativos territoriais constituem elementos, modos de produção, saberes que já são explorados pelos atores locais, produzindo renda ao território e reconhecidos como tal. Como exemplos de ativos, Fuini (2006) cita as matérias primas, a força de trabalho, as informações sobre modos de produção. Já os recursos seriam as matérias primas ainda não utilizadas, conhecimentos que não são utilizados no mercado, o ambiente não utilizado e a força de trabalho desempregada (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Diz-se que os ativos e recursos são genéricos quando podem ser transferidos para qualquer lugar sem interferência em sua qualidade de produção:

O atributo genérico independe do processo de produção e do “gênio ou cultura do lugar” onde é produzido. Assim, esse tipo de ativo ou recurso é transferível para outros territórios, tendo como local de troca o mercado. De forma mais

didática, pode-se estabelecer uma analogia dos recursos e ativos genéricos com a mão de obra. Os recursos genéricos correspondem à mão de obra não qualificada, que não está sendo utilizada e não muda a sua natureza ao se transformar em um ativo genérico, pois continua não qualificada, mas passa a ser utilizada e adquire um valor econômico (CAZELLA; PAULA; MEDEIROS; TURNES, 2019, p. 52).

Aos ativos e recursos genéricos falta uma conexão com o território, que o caracterize como pertencente a determinado local ou como produto de determinado grupo populacional. Nesses casos, a produção pode ser trocada de um local para outro sem que o consumidor final perceba qualquer mudança. Nesses casos, o local da produção interessa mais ao proprietário da marca/produto, que transfere os meios de produção para locais onde lhe seja mais vantajoso (mão de obra mais barata, incentivos fiscais, governo mais permissivo, entre outros).

Ativos ou recursos genéricos se definem pelo fato que seu valor ou seu potencial independem de sua participação em qualquer processo de produção. Os ativos ou recursos são assim totalmente transferíveis, seu valor é um valor de troca. O local dessa troca é o mercado. O preço é o critério de apreciação do valor de troca, o qual é determinado por uma oferta e uma demanda de caráter quantitativo. Em outros termos, um fator genérico é independente do “gênio do local” onde é produzido (PEQUEUR, 2005, p. 13).

Já os ativos específicos são recursos locais que sofreram uma transformação indissociável do território onde aconteceu, em função dos saberes locais que foram empregados na construção do conhecimento que possibilitou a especificação.

Janin e Perron (2020, p. 20) caracteriza o que seja um recurso específico:

Os recursos específicos são a ‘assinatura’ e a afirmação da singularidade do território, o que os distingue dos demais. A valorização dos recursos específicos constitui, portanto, um processo de diferenciação do território... É também um processo de construção coletiva do modo de ‘fazer território’, pela escolha de modos de valorização desses recursos, ao associar uma diversidade de usuários do território.

A valorização dos recursos, torna-se um contributo inestimável no processo de desenvolvimento territorial, desde que apoiada em uma “estratégia de especificação”, pelo reforço, ampliação, reconhecimento de todos os fatores de especificidades ligados ao contexto territorial (JANIN; PERRON, 2020). Isto pode, por exemplo, resultar em estratégias do tipo registro de uma Indicação Geográfica, criação de uma marca coletiva, ou integração em uma CBST.

Novas configurações e conhecimentos territoriais podem ser produzidos quando saberes heterogêneos são articulados e combinados. A metamorfose de recursos em ativos específicos é indissociável da história longa, da memória social acumulada e de um processo de aprendizagem coletiva e cognitiva (aquisição de conhecimento) característica de um dado território. Esse processo de especificação consiste, portanto, na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam no processo de resolução de problemas comuns ou similares (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p. 34).

No caso dos ativos específicos, a eventual transferência de sua produção acarretaria uma perda de qualidade ou, no mínimo, de autenticidade, que é o fator diferenciador de sua produção. O queijo “tipo parmesão”, ainda que possa ser saboroso e de boa qualidade, não possui as mesmas qualidades e especificidades do legítimo queijo produzido em Parma, cujos processos de produção fazem parte da cultura local, com toda uma celebração do produto regional.

A qualidade, o meio de produção, a territorialidade que envolvem o ativo específico fazem que este tenha um reconhecimento diferenciado, podendo obter sua Indicação Geográfica, que é um fator diferenciador e cada vez mais valorizados pelos consumidores, o que acaba por proteger o patrimônio material e imaterial do local, além de garantir ao consumidor que está adquirindo um produto autêntico e não um similar que se apropriou indevidamente de uma nomenclatura.

No Brasil, a Lei no 9279/1996 também define duas espécies de indicação geográfica: a indicação de procedência e a denominação de origem. De acordo com o art. 177, considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Já o art. 187 considera denominação de origem como sendo o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (VALENTE; PERES; RAMOS; CHAVES, 2012, p. 554).

São os recursos específicos utilizados – transformados assim em ativos específicos – que são os fatores que trazem ao território visibilidade e a associação do produto com o local de produção, o que induz a busca por algo específico, que não pode ser encontrado em qualquer outro local.

Como dito anteriormente, os recursos e ativos podem também ser divididos em materiais e imateriais. Enquanto os recursos/ativos materiais são aqueles tangíveis, os

imateriais são “[...] as paisagens, as tradições patrimoniais, o saber fazer, e mesmo o capital social” (PEQUEUR, 2005, p. 15).

Dallabrida (2021) assim exemplifica estas categorias de recursos e ativos:

Os ativos e recursos materiais referem-se, por exemplo, aos solos, às construções que compõem as infraestruturas e aos insumos empregados na produção. Quanto aos imateriais, referem-se, por exemplo, ao saber-fazer, às tradições e costumes, aos valores culturais e normas que orientam a vida social, aos conhecimentos e criatividade que geram novas tecnologias e/ou novos comportamentos (p. 72).

Esta ativação contribui para o desenvolvimento do território

Identificar e ativar os recursos territoriais tangíveis e intangíveis existentes no território consiste em uma estratégia de desenvolvimento. No entanto, para que isso ocorra se faz necessário que os atores se articulem no intuito de resolverem problemas inerentes à produção. Com a ativação dos recursos territoriais, pelos atores, o processo de desenvolvimento territorial pode ser efetivado. A valorização dos recursos específicos do território revela um novo modo de geração de riqueza, que não passa pela noção de produtividade, concorrência via custos de produção (DENARDIN et al., 2022, p. 64-65).

O Litoral do Paraná possui ativos e recursos de todas as categorias mencionadas, genéricos, específicos, materiais e imateriais, com um conjunto de bens e saberes que fazem parte do patrimônio territorial, sendo que alguns encontram-se devidamente ativados e outros ainda são recursos sem a devida ativação. Ainda, existem aqueles ativos pouco explorados, que embora já sejam utilizados e reconhecidos como ativos, tem potencial para uma maior utilização para o fomento do desenvolvimento territorial.

2.2.3 Especificidade e tipicidade territorial

A associação do território a determinado bem ou serviço tem o poder de trazer uma tipificação que não pode ser replicada com a mesma qualidade em outro local. Por exemplo, ainda que se façam espumantes de qualidade em vários países do mundo, somente aquele produzido em determinada região da França pode ser chamado de *champanhe* e é valorizado de certa forma “acima” dos demais espumantes em uma escala global.

Um produto com tipicidade territorial

[...] é um produto com perfil próprio, único e diferente de outros similares. Essa qualidade específica se deve à influência de fatores territoriais. Nesse sentido, a tipicidade pode ser definida como a conjugação de múltiplas propriedades: de pertencimento a um tipo, baseado em saberes reconhecidos e construídos sobre a especificidade do tipo (DALLABRIDA; MARCHESAN; CHAMPREDONDE, 2018, p. 241).

Mesmo que determinado bem ou serviço também exista em outros locais, algumas características de determinado território o diferenciam dos demais. Tal diferenciação pode ser tanto da matéria-prima empregada quanto do modo de produção, mas agrega ao produto uma característica que o tipifica como sendo de um determinado local, o que automaticamente lhe confere um grau diferenciado de qualidade.

Ainda que se espere uma valorização externa do produto específico, cabe principalmente aos atores locais a definição dos elementos que efetivamente caracterizem um bem ou serviço como típico daquele território (CHAMPREDONDE; BORBA, 2015), sendo estes os donos do saber que traz ao produto a sua individualidade, que foi incorporada aos seu cotidiano paulatinamente, podendo demorar a ser percebida pela própria comunidade como algo típico (CHAMPREDONDE, 2016).

Assim, temos que tipicidade é

[...] definida pela presença de “uma” qualidade específica no produto, quando decorre das particularidades de matérias-primas e a incidência de práticas e saberes (conhecimentos) característicos da cultura do grupo humano de referência. A qualidade simbólica é dada pelos significados e representações que geram a atividade produtiva e o produto no imaginário da população local e dos usuários conhecedores. Definida nestes termos, a tipicidade territorial de um produto é aquela que resulta da influência de fatores territoriais, incluindo fatores ambientais e humanos locais (CHAMPREDONDE, 2016, p. 30)⁴.

A especificidade e a tipicidade vêm das qualidades únicas do território, seja pelo modo de produção tradicional, seja por fatores que somente permitem que determinada matéria-prima somente exista naquele local, seja que as características do território produzam uma qualidade diferenciadora no produto final ou ainda um amálgama destes fatores, que produz algo verdadeiramente único.

⁴No original: *La tipicidad es entonces definida por la presencia de “una” calidad específica en el producto, cuando ésta resulta de las particularidades de las materias primas y de la incidencia de prácticas y conocimiento (saberes) propios a la cultura del grupo humano de referencia. La calidad simbólica está dada por los significados y representaciones que generan la actividad productiva y el producto en el imaginario de la población local y de los usuarios conocedores. Definida en esto términos, la tipicidad territorial de un producto es aquella que resulta de la influencia de factores territoriales, incluyendo los factores medioambientales y humanos locales* (tradução do Autor).

O Litoral do Paraná possui vários produtos típicos e específicos, ante a ocupação antrópica singular do território, que também tem uma biodiversidade única, além da geografia peculiar entre mar e serra, cercado pela Floresta Atlântica. Apesar de tais produtos serem tratados em capítulo próprio neste trabalho, aqui pode-se rapidamente exemplificar a tipicidade com a bala de banana produzida em Antonina: apesar de ser um produto que existe em outros lugares, a especificidade desta vem da matéria-prima diferenciada (a banana local é mais doce, em função do *terroir*) e do modo de produção, adaptado para funcionar conforme as características locais.

2.3 CESTA DE BENS E PRODUTOS TERRITORIAIS (CBST)

2.3.1 O debate sobre a CBST

A ocupação do território, com todas as peculiaridades sociais e geográficas que acompanham sua formação, produz bens e serviços característicos, que não são replicados em outros lugares, ante a especificidade territorial, surgindo de necessidades específicas do território, que foram saciadas com os saberes daquele grupo social.

Pecqueur (2009) nos diz que

O funcionamento e a organização dos sistemas produtivos locais são igualmente marcados pela historicidade e pela memória coletiva. Com efeito, uma característica essencial desses sistemas é a construção social de um capital cognitivo coletivo. Observamos, portanto, uma capacidade de aprendizagem do grupo implicado no território. Voltamos às abordagens geográficas tradicionais da noção de território (p. 88-89).

O estudo dessas especificidades territoriais e da possibilidade de integração e valorização conjunta do que é produzido em um território, produziu o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), tendo surgido na França no início dos anos 2000, como resultado dos trabalhos dos professores Amédée Mollard e Bernard Pequeur.

Este enfoque visa a valorização do saber-fazer local criado ao longo dos anos e reforçado pelas práticas ancestrais que faz surgir produtos e serviços únicos, construídos especificamente de acordo com as características geográficas, culturais, climáticas e/ou naturais de determinado território. Ao se identificar e mesclar as potencialidades do território, onde um produto reforça o outro e os atores atuam conjuntamente, a CBST

ajuda a todo o território a ter visibilidade e alcançar um patamar superior do desenvolvimento.

Para Pecqueur (2009), a cesta é

[...] uma combinação complexa de diversos elementos que revelam a existência de “ecossistemas societários”, nos quais se coordenam inicialmente elementos de proximidade geográfica e, em seguida, de proximidade organizacional. Esses sistemas imitam a esfera do homem (fatores técnico-econômico-antrópicos) e a esfera da natureza (fatores eco-climático-edafológicos). Essas diferentes características conduzem-nos à ideia de que não são somente os produtos e os serviços que se vendem localmente, mas, por meio das contribuições de todos os atores (incluindo os atores públicos) e da integração das amenidades ambientais (paisagens, climas etc.), o próprio território torna-se o produto a ser vendido, na medida em que ele constitui a oferta compósita (p. 87 – destaque no original).

A CBST considera as relações complexas dos atores locais, os governos, em uma mobilização da inteligência coletiva, adaptando-se aos recursos, dificuldades e necessidades particulares e ecológicas do território (HIRCZAK; JANIN; LAPOSTOLLE, 2022).

Seu surgimento se torna necessário em um momento global em que os sistemas de produção generalizados começam a se expandir desenfreadamente, sufocando pequenas produções, ameaçando de desaparecimento bens e serviços tradicionais com pouca visibilidade fora de seu território.

Frente à crise dos sistemas agrícolas intensivos e às novas recomposições dos espaços rurais, essa abordagem analisa iniciativas de atores locais que articulam ações mercantis e não-mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de atributos territoriais, que valorizem, dentre outros quesitos, o saber fazer, a cultura e o ambiente natural. Nessa perspectiva, o papel dos atores sociais públicos, privados e associativos é determinante na configuração de projetos de desenvolvimento que desviem de formas convencionais, puramente economicistas (CAZELLA et al., 2020, p. 194).

Tecchio et al. (2021) destacam que o efeito da CBST

[...] está correlacionado à valorização de diversos produtos e serviços, com destaque para o turismo e os mercados de proximidade, em torno de uma construção cognitiva em escala territorial. Ao adquirir um produto, o consumidor descobre as especificidades dos demais e passa a utilizar os produtos da cesta (p. 6).

Os mecanismos mobilizados para criar uma cesta se estruturam sobre três princípios básicos: (i) a constituição de uma imagem específica, caracterizando os

produtos e serviços do território, ou seja, a incorporação do simbólico e do material; (ii) a priorização dos mercados locais e regionais em detrimento dos mercados distantes, para forçar o consumo *in situ*, com o propósito de promover o reconhecimento dos produtos e serviços da CBST pelos consumidores – turistas, moradores locais e de residências secundárias; (iii) a construção de um sistema de governança territorial (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001).

Dorigon (2022) aduz que o enfoque da CBST pressupõe um sentimento de pertencimento nos atores locais, que precisam ter conexão e sentido de pertencimento com os produtos da CBST “[...] os quais constituiriam os primeiros ingredientes do dinamismo de toda organização ou sistema econômico, garantido por uma cultura compartilhada, que estaria acima de qualquer cálculo egoísta” (p. 120).

Para Hirczak et al. (2008) a configuração da CBST é sempre frágil, incompleta e contínua. Deste ponto de vista, a articulação entre atores privados e públicos é essencial em três aspectos para perpetuar o modelo de cesta de bens e a renda de qualidade territorial: (i) boa coordenação entre atores privados, pois o número de produtos e serviços que compõem a cesta de bens e a complementaridade das suas ligações, depende essencialmente dos agentes privados; (ii) coordenação institucional convergente, pois, é de se esperar que os atores privados possam ter interesses divergentes e que, portanto, seja necessária a intervenção pública, visto que a qualidade dos bens públicos depende das políticas públicas locais; (iii) equilíbrio e coerência entre a ação privada e pública, visto que todas as ações dos atores públicos e privados devem ser coordenadas para convergir para os objetivos de desenvolvimento territorial. Isso requer que poucos produtos ou serviços permaneçam isolados ou desconectados. Contudo, o principal componente de uma CBST é a iniciativa dos atores locais, que devem ser os responsáveis pela governança de seus ativos, em interação constante entre atores públicos, privados e associativos (PAULA, 2013, p. 47).

A questão central em relação a uma CBST consiste em valorizar bens e serviços com especificidade territorial isolados uns dos outros de forma a criar uma oferta conjunta, diversificada e coerente de ativos territoriais, devendo os atores territoriais consolidarem três componentes principais: (i) bens e serviços com identidade territorial, que não podem ser facilmente substituídos por outros genéricos; (ii) laços de proximidade e confiança para a venda direta e nas atrações turísticas, também expressos na reputação de qualidade e tradições do território; (iii) bens públicos (paisagem, biodiversidade,

arquitetura, a história e as tradições locais) que sirvam como cenário para apresentação do produto (CAZELLA et al., 2020).

A inteligência coletiva desempenha um papel fundamental na trajetória da CBST, ao possibilitar compreender e orientar o processo de emergência e valorização dos recursos, não mais somente em uma lógica econômica, mas em uma lógica de especificação via solidariedades sociais e ecológicas (HIRCZAK; JANIN; LAPOSTOLLE, 2022).

As possibilidades de atuação dos atores são condicionadas pelos componentes físicos, como infraestruturas, paisagens rurais e urbanas, mas é a ação das sociedades humanas que assume papel central na transformação da geografia dos territórios. A ênfase está na capacidade dos atores se organizarem para construir diferentes possíveis trajetórias, alterando o padrão de povoamento, as atividades humanas e as relações que se estabelecem entre elas (CAPELESSO et al, 2022, p. 209).

Numa CBST, são ressaltadas a importância dos determinantes socioculturais do consumo e a necessidade de ter em conta os contextos territoriais a fim de compreender os sistemas alimentares (MARIE et al., 2022). Com isso, se busca a ampliação dos mercados em que normalmente os produtos são distribuídos e a pesquisa de estratégias que ampliem esses mercados e, também, a renda dos atores derivada dos produtos que integram a CBST.

Para a consolidação da CBST não importa somente que os bens e serviços sejam vendidos fora do território a preços maiores, mas que também seja melhorada a distribuição destes na própria comunidade em que está inserido, com valorização do bem por aqueles que são seus herdeiros culturais, direta ou indiretamente.

A CBST é uma abordagem do desenvolvimento territorial que se apoia num sistema de governança territorial e na especificação de recursos, por meio da qual o território se diferencia dos demais (MILANO; CAZELLA, 2022). Para Jessop “[...] governança se refere a mecanismos e estratégias de coordenação adotados em face da interdependência complexa de atores operacionalmente autônomos, organizações e sistemas funcionais”⁵ (2004, p. 52).

Se não for gerida pelos próprios atores, perde-se a característica de CBST, uma vez que somente aqueles diretamente envolvidos com a produção podem impor condições

⁵ No original: *governance refers to mechanisms and strategies of coordination adopted in the face of complex reciprocal interdependence among operationally autonomous actors, organizations, and functional systems* (tradução do autor).

e definir estratégias de distribuição, por conhecerem intrinsecamente todo o necessário para a manufatura e os limites da exploração de determinado ativo. A governança territorial é mais um meio do que propriamente um fim, sendo considerado um processo para a “[...] planificação, gestão e avaliação das políticas territoriais ou com impacto territorial” (FARINÓS, 2012, p. 5).

Ferrão (2010) destaca cinco aspectos positivos da governança territorial:

- Troca de informações e conhecimento e processos de aprendizagem colectiva [sic] que as parcerias e a cooperação em rede proporcionam às várias entidades envolvidas;
- Maior partilha de riscos entre os sectores [sic] público, privado e associativo, sobretudo em investimentos críticos pela sua dimensão ou pela sua natureza inovadora;
- Obtenção de economias de escala através da mobilização de recursos e competências que se complementam entre si;
- Consolidação de uma cultura institucional e organizacional baseada na confiança, no diálogo, na concertação [sic] de interesses e na cooperação, nomeadamente ao nível local;
- Maior possibilidade de disseminação de boas práticas, de emulação de bons exemplos e de ações de *benchmarking* (p. 135).

A abordagem da CBST visa trazer o consumidor ao território e não levar os produtos do território ao consumidor, sendo o turismo um amálgama dos produtos locais, tendo os atrativos históricos e naturais do território uma vitrine para a exposição do que se produz localmente. É importante observar que o aumento da renda dos atores não necessita de aumento de preços, mas sim aumentar a exposição dos produtos, aumenta a capacidade destes de gerar valor através da valorização dos produtos locais, surgindo assim uma Renda de Qualidade Territorial (RQT), que pode não ser suficiente para a subsistência sem um adequado trabalho de enfoque na CBST. Neste contexto, onde o território é o produto comercializado, superando a mera venda de bens, com a transformação dos bens e serviços do território em ativos específicos (BONNAL; MALUF; CAZELLA, 2008).

É possível gerar renda substituindo a produtividade pela especificidade, uma Renda de Qualidade Territorial, avançando da vantagem comparativa à “vantagem diferenciadora”, que faz com que os bens e serviços do território não possam ser comparados com nenhum outro, ante suas especificidades únicas, levando os consumidores a buscarem o que se produz em determinado território por suas características únicas, que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar (CAZELLA; DORIGON; PECQUEUR, 2022).

A CBST não visa apenas a venda dos produtos específicos do território por pessoas de fora, mas também aumentar o consumo destes no próprio território. Desta forma, os atores locais criam um círculo de consumo, entre si, deixando que o que os valores arrecadados no território circulem por ele mesmo, promovendo o desenvolvimento territorial.

Esta configuração é chamada de cadeia curta ou, ainda, mercados de proximidade:

Aspectos como transações frequentes, confiança entre consumidores e agricultores, conhecimento pessoal, parentesco e vizinhança consolidariam estes mercados, mesmo os mais informais, gerando lealdades mútuas entre os empreendimentos agroindustriais e os demais atores. Estes mercados também seriam imunes a pressões externas e do Estado, pois eles se consolidam conquistando as elites e consumidores locais pelos seus atributos de “qualidade”, e como as transações são muitas vezes diretas entre agricultores e consumidores, as experiências de agroindustrialização não sobrem as sanções do ambiente institucional (GAZOLLA, 2012, p. 70).

Nas noções teórico-metodológicas aportadas pelo enfoque CBST se busca transcender a mera relação de compra e venda, mas sim trazer ao consumidor (local ou turista) uma experiência, oriunda de toda a história que gerou determinado bem ou serviço, bem como seu enraizamento com o território.

[...] valor adicional que a CBST pode gerar advém da aquisição do produto em seu contexto, numa espécie de compra ampliada da imagem de qualidade integral do território. A partir de um produto mais expressivo(líder), que alcança amplo reconhecimento e circulação, busca-se conectar uma gama de outros produtos e serviços oriundos de diferentes fornecedores e de lugares de um mesmo território. Tal processo baseia-se na hipótese de que, quando o consumidor adquire um produto com qualidade territorial, inclina-se a descobrir e divulgar outros produtos da mesma produção local, ampliando as compras no conjunto de produtos e serviços ofertados, gerando uma renda de qualidade territorial que tende a ser distribuída por um conjunto mais amplo de setores e atores do território (FROEHLICH; ROQUE, 2022, p. 170).

A ideia central da abordagem da CBST é a oferta compartilhada de produtos e serviços de qualidade de um determinado território; assim, propõe-se à construção de um painel de indicadores dos principais componentes da CBST, como uma ferramenta metodológica de monitoramento que seja capaz de averiguar a aproximação entre a realidade constatada em determinado território e o tipo ideal de CBST, sendo que tais indicadores podem ser utilizados tanto para fins específicos de pesquisa, quanto para que

atores territoriais monitorem as ações e se capacitem na arte do desenvolvimento territorial (TURNES et al., 2022).

Para que haja a diferenciação dos bens e serviços territoriais no mercado, é necessária a articulação de três níveis analíticos:

(a) a definição social de qualidade, que se refere, de um lado, às especificações das expectativas dos consumidores e, de outro, ao aprimoramento das habilidades dos produtores; (b) as trocas materiais, com a definição dos volumes e dos preços; e (c) as trocas simbólicas, pelas quais ocorre o reconhecimento público do diferencial dos produtos e serviços, e corresponde à dedicação e competência dos produtores e prestadores de serviços (MEDEIROS; SABLAYROLLES; CAZELLA, 2021, p. 3).

O enfoque da CBST não consiste meramente da comercialização dos produtos típicos locais, mas exteriorização da integração dos bens e serviços específicos de determinado espaço, onde se expõe o que surgiu dentro dos processos de (re)territorialização, demonstrando sua história e seus fatores diferenciadores (MILANO; CAZELLA, 2022).

Com ativação dos potenciais ativos turísticos do território, se tem um afluxo de visitantes que começa a conhecer os produtos específicos, consumi-los e ao atestarem a qualidade diferenciadora, buscam aquele bem ou serviço em particular, bem como compartilham suas experiências, o que é ainda mais notório em um momento em que muitos momentos são compartilhados nas redes sociais

O efeito CBST está correlacionado à valorização de diversos produtos e serviços, com destaque para o turismo e os mercados de proximidade, em torno de uma construção cognitiva em escala territorial. Ao adquirir um produto, o consumidor descobre as especificidades dos demais e passa a utilizar os produtos da cesta (TECCHIO et al., 2020, p.6).

O turismo é o potencializador do efeito cesta, ao mostrar a ligação entre o território, o cenário local e os produtos existentes (CAZELLA et al., 2019). Este pode ser apresentado de diversas formas: turismo rural, de aventura, ecoturismo etc., organizados de forma a apresentar ao visitante os bens e serviços territoriais, em uma união de todos esses elementos, de forma que se tornem indissociáveis.

O Litoral do Paraná já possui um grande afluxo de turistas, porém, em geral trata-se de turismo de temporada especificamente para atividades relativas às praias ou de segunda residência (ante a proximidade com a capital do Estado), onde ainda há pouca

interligação dos bens e serviços específicos com o turismo, não havendo um efeito cesta entre o turismo e o localmente produzido, não havendo um efeito CBST.

2.4 DESENVOLVIMENTO X DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento é um conceito complexo, que teve e tem várias acepções no curso da História. Ao se falar em desenvolvimento, pura e simplesmente, a primeira noção que surge no interlocutor é a de desenvolvimento econômico, aumento da indústria, do comércio, mais obras, infraestrutura, aumento do PIB, do IDH etc.

As noções de desenvolvimento formuladas em períodos anteriores ao século XX tendiam a considerar apenas a questão econômica, sendo riqueza material praticamente seu sinônimo. Tais noções de desenvolvimento unem grupos sociais antagônicos, em um processo de industrialização dependente, aplicando modelos semelhantes em locais distintos, em um entendimento que o desenvolvimento flui do centro “rico” para a periferia “subdesenvolvida”⁶.

A partir dos anos 60 as teorias de desenvolvimento mais modernas começam a surgir, culminando na Conferência de Estocolmo em 1972, “[...] quando se propôs uma via socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e processualmente contínua para o desenvolvimento” (NASCIMENTO; DENARDIN, 2015, p. 1). Nascimento e Denardin (2015, p. 3) ressaltam que “[...] o determinismo economicista atravessou o século XIX e chegou ao século XX como a racionalidade científica predominante. Os marxistas, mesmo sendo contrários ao sistema de mercado, afirmavam o determinismo econômico nas suas interpretações da sociedade”.

Furtado (1984, p. 26) diz que “[...] o que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente”, sendo claro que não há desenvolvimento sem a melhoria do social, não podendo ser meramente econômico, pois, como sabemos, tal modelo registra dados relativos à economia, sem considerar se tal efetivamente trouxe à população os benefícios que esta precisa.

Sachs (2010) fala sobre como devemos conceber o desenvolvimento:

[...] não se pode reduzir o desenvolvimento apenas ao crescimento econômico. Devemos usar duas óticas simultâneas: de um lado, o enfoque pelo crescimento, que nos remete ao crescimento do PIB, à acumulação de capital, ao progresso técnico, à produtividade crescente do capital, e, de outro, o enfoque que utiliza como porta de entrada o emprego e o autoemprego, e observa em que medida o processo de desenvolvimento favorece a inserção

⁶ Em Dallabrida (2017) apresentam-se as diferentes abordagens ou teorias sobre desenvolvimento, desde os autores clássicos até os contemporâneos.

social pelo trabalho decente de todos os que sentem a necessidade e o desejo de trabalhar (p. 33).

Modernamente, se pensa o desenvolvimento como um processo, onde as dimensões econômica e cultural se somam às dimensões social, política, espacial, ecológica e tecnológica (DALLABRIDA, 2020a). Há também a busca em ressignificar desenvolvimento enquanto (des)envolver, removendo o caráter opressor, colonizador para ressurgir o envolvimento, as práticas solidárias, cooperativas, trazendo as comunidades para um envolvimento, devolvendo o patrimônio territorial para as classes populares (SAQUET, 2022).

Assim surge uma perspectiva territorial do desenvolvimento, onde os fatores específicos de cada território devem ser observados para que se defina o que efetivamente é desenvolvimento para os atores locais. São quatro categorias teóricas que sustentam a abordagem territorial do desenvolvimento:

[...] “território”, como a estrutura socioeconômico-cultural e ambiental localizada espacial e historicamente, “governança territorial”, como processo de conversação socioterritorial com vistas à definição do futuro desejado, “patrimônio territorial”, como forma representada pelo arranjo espacial (socioeconômico-cultural)e ambiental) resultante de heranças do passado histórico e recentes e, “desenvolvimento territorial”, como função da forma, ou seja, o projeto socioterritorial de futuro desejado; (DALLABRIDA et al., 2021, p. 59 – destaque do original).

O desenvolvimento com uma perspectiva territorial tem a necessidade de participação direta dos atores locais para promover melhorias no território, transformando recursos em ativos, valorizando estes nos mercados locais e regionais (CAZELLA; DORIGON; PEQUEUR, 2019). O sentimento de pertencimento faz com que os atores locais tenham um maior senso de união em prol, do território, em uma colaboração para que haja uma melhora nas condições de vida da comunidade em geral, tendo como base as, unificados pelas características que tornam as pessoas iguais, identificadas como seus símbolos, costumes, tradições (HALL, 2006).

A dinâmica entre pessoas e território possui um viés econômico. “Ao se redescobrir a historicidade, combinada com a percepção da importância dos fenômenos cognitivos nas escolhas estratégicas dos agentes econômicos, a ciência econômica admite um fundamento cultural na produção e nas trocas” (PEQUEUR 2009, p. 91).

Santos (2005) traz que existe um movimento de grandes poderes a fim obliterar as nuances locais em favor de um mundo com estruturas de produção semelhantes:

[...] quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial (p. 259).

Em termos de premissas para o desenvolvimento territorial, Saquet (2018) propõe: (i) destacar a importância de estímulo aos circuitos curtos, resultantes da proximidade geográfica e institucional; (ii) a construção de um paradigma de análise territorial para interpretar as variedades de situações concretas que substantivam certa formação territorial e os processos de desenvolvimento; (iii) pautar as ações no paradigma reticular, identificando, compreendendo e interpretando os diferentes tipos de redes (curtas, intermediárias e longas, concretas e virtuais, efêmeras e duradouras); (iv) a criação e qualificação da territorialidade ativa, como forma de cooperação voltada para o desenvolvimento por meio de uma práxis transformadora, capaz de satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia decisória no território; (v) a ancoragem territorial, com centralidade nos vínculos locais e nas redes curtas, conexões produtivas no território de forma a permitir o reconhecimento e identidade entre empresas dependentes entre si, com vista à agregação de valor territorial; (vi) um movimento contínuo de superação dos desafios, compreendendo, valorizando e potencializando a auto-organização e a autogestão; (vii) o estímulo à geração de uma consciência de classe e de lugar, sem a costumeira separação entre sociedade e natureza, contribuindo na transformação social e territorial em favor das necessidades de sua população, de suas aspirações e dos seus desejos. Tais premissas podem ser também um referente na orientação das ações de planejamento e gestão do território, com vistas ao seu desenvolvimento.

Dallabrida (2020c, p. 76) propõe entender o desenvolvimento como um projeto da sociedade que tenha como perspectiva a dinamização socioeconômica, a melhoria da qualidade de vida da maioria das pessoas e a manutenção e/ou ampliação da sociobiodiversidade, entendida como a relação entre bens e serviços, que implique no “[...] atendimento dos interesses afins aos diferentes modos de vida (humana, fauna e

flora), atendendo aos princípios do bem viver, da equidade de oportunidades, de condições de trabalho dignas e da preservação ambiental”.

Satrústegui (2013, p. 59), ao citar Ul Haq, diz que podemos ter “[...] quatro requisitos principais para uma nova noção de desenvolvimento: geração de meios de vida, equidade, sustentabilidade e capacitação, que poderia muito bem ser interpretada como suas dimensões econômica, social, ecológica e política”.

O desenvolvimento dentro do território e dos aspectos únicos deste ao se traçarem políticas de desenvolvimento, permite aos agentes políticos:

[...] abordarem a problemática do desenvolvimento de uma perspectiva mais ampla do que as usuais, baseadas numa visão setorializada, compatibilizando uma dupla abertura à ecologia natural e à ecologia cultural. Nesse sentido, os agentes de ecodesenvolvimento estarão sensíveis à diversidade de situações em jogo e, mais que isto, ao espectro pluralista das várias soluções possíveis. Eles deduzirão disso a impossibilidade de se identificar adequadamente os problemas e as necessidades da população, além das potencialidades do meio natural, enquanto os próprios interessados não assumirem essas funções (VIEIRA 2009, p. 37).

Ante a dinâmica política de atribuições legais entre os poderes, é o Estado quem tem o papel de liderar ações que se traduzam em desenvolvimento territorial.

Precisa, portanto designar, paralelamente ao desenvolvimento das instâncias locais, uma missão do Estado que permita assegurar pelo menos três funções: a redistribuição, a mediação e a coordenação. A redistribuição se justifica, entre outros, porque todos os territórios não estão igualmente dotados; a mediação aplicar-se-á ao mesmo tempo às instâncias internacionais, às coletividades locais e aos atores locais; finalmente, a coordenação deve ser vertical – proveniente das coletividades territoriais – e horizontal, entre projetos e entre atores do território (PECQUER, 2005, p. 19).

Com uma abordagem territorial para o desenvolvimento, se pretende que os problemas e soluções locais sejam considerados, não apenas implementadas políticas genéricas em um local que tenha toda uma complexidade inerente a seus processos de territorialização, com envolvimento do Poder Público, empresários, universidades e organizações comunitárias (igrejas, ONGS cooperativas) (BÜTTENBENDER et al., 2022).

O desenvolvimento territorial se manifesta como a melhoria geral do território, que alcança todos os atores direta ou indiretamente, com ascensão da qualidade de vida, não apenas com a melhora do PIB, utilizando-se das potencialidades já existentes para tal, dando ênfase ao localmente produzido. Deve ser planejado e executado considerando

as nuances locais, não havendo um modelo genérico para sua implantação, utilizando os recursos e ativos específicos do território, explorando as potencialidades específicas disponíveis, em uma forma coordenada pelos próprios atores e também cooperada entre estes, com o Estado promovendo políticas públicas específicas e de apoio às territorialidades, com programas de formação, informação e educação (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho vale-se da pesquisa qualitativa exploratória, descritiva e analítica. Descritiva, ao buscar descrever o fenômeno pesquisado a partir dos documentos e bibliografias produzidas e exploratória, pois visa-se buscar potencialidades ainda não ativadas. O escopo analítico vem através do processamento dos dados obtidos para formação da proposta de uma CBST do Litoral do Paraná.

Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2011, p. 20-12), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”, sendo inviável reduzir esses aspectos a algo que pode ser quantificado ou operacionalizado como variáveis. Para melhor compreensão do tema proposto será utilizada, prioritariamente a pesquisa bibliográfica. Também serão coletados dados acerca de bens e serviços oferecidos no Litoral do Paraná, a fim de buscar sua situação atual e suas potencialidades.

Várias categorias de documentos serão utilizadas na pesquisa, variando de produção bibliográfica formal até uma pesquisa em registros públicos.

Gil (2002) afirma que este modelo de pesquisa permite

[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (GIL, 2002, p. 3).

A coleta e análise dos dados será orientada por uma matriz teórico-metodológica que apresenta os principais conceitos e/ou categorias, bem como, elementos e indicadores que servirão para identificar produtos ou serviços com especificidade territorial e as condições que o Litoral do Paraná tem para compor uma oferta desses produtos e serviços com especificidade territorial.

A presente matriz tem como pano de fundo a abordagem territorial do desenvolvimento, tendo como conceitos centrais, governança e patrimônio territorial,

sustentado em duas referências básicas: Dallabrida, Rotta e Büttendebender (2021) e Dallabrida et al. (2021).

QUADRO 1 – Matriz teórico-metodológica para a análise

Abordagem	Conceitos/ categorias	Elementos	Coleta de dados	Análise dos dados	Autores
Abordagem territorial do desenvolvimento	Território	- Território, não apenas como porção do espaço demarcada (território-dado – Região Litoral do Paraná), mas como território construído,	Livros e artigos	Análise descritiva	Saquet, 2022; 2015 Pecqueur, 2006 Dallabrida, 2020a; 2020c Schneider e Tartaruga, 2004 Raffestin, 1993
	Patrimônio Territorial (ativos e recursos territoriais)	- Conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território - Recursos e ativos com especificidade territorial; - Ativos: fatores já em uso - Recursos: possuem potencial não utilizado - Podem ser tanto materiais quanto imateriais	Documentos (livros e artigos) Observação	Análise descritiva	Dallabrida (2022; 2020a) Magnaghi (2001; 2005) Nossa e Almeida (2020) PAES (2009)
	Cesta de Bens e Serviços Territoriais	- Bens ou serviços que são específicos de um território, seja pelo modo de produção, seja pela matéria-prima única - Transformação de empreendimentos isolados em oferta compartilhada de produtos e serviços de qualidade de um determinado território, com potencialidade de gerar uma Renda de Qualidade Territorial - Constituição de uma imagem	Documentos (livros e artigos) Observação	Análise descritiva e de conteúdo	Mollard, 2001; Pecqueur, 2001 Paula, 2013 Cazella et al., 2020; 2019 Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022 Milano; Cazella, 2022 Lauermann; Capellesso; Gazolla, 2022

		<p>específica, dos produtos e serviços com o território</p> <ul style="list-style-type: none"> - Priorização dos mercados locais e regionais em detrimento dos mercados distantes - Construção de um sistema de governança territorial, visando uma coordenação institucional convergente - Responsabilização dos atores locais pela governança de seus ativos 			<p>Froehlich; Roque, 2022 Turnes et al., 2022 Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022 Marie et al., 2022</p>
	Desenvolvimento Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção ressignificada de Desenvolvimento, socialmente incluyente, ecologicamente sustentável - Desenvolvimento como projeto da sociedade local, - Participação direta dos atores locais na promoção de melhorias no território, - Criação e qualificação da territorialidade ativa, como forma de cooperação voltada para o desenvolvimento, por meio de uma práxis transformadora, com o máximo possível de autonomia decisória no território e ancoragem territorial dos empreendimentos 	<p>Documentos (livros e artigos) Observação</p>	<p>Análise descritiva e de conteúdo</p>	<p>Saquet, 2022; 2018; 2015 Nascimento e Denardin, 2015 Cazella; Dorigon, Pequeur, 2022 Hall, 2006 Dallabrida, 2022; 2020c Vieira, 2009</p>

FONTE: Elaborado pelo autor

Os elementos teórico-conceituais acima descritos servirão de parâmetro para a avaliação das potencialidades dos recursos e ativos do Litoral do Paraná e perspectivas em termos de constituição de uma CBST e implicações no desenvolvimento territorial.

A análise dos dados será conduzida conforme destaca Salvador (Apud LIMA; MIOTO 2007) que divide o levantamento das informações na pesquisa bibliográfica em três etapas: (i) levantamento do material bibliográfico, citando e classificando os materiais pesquisados; (ii) elaboração de um roteiro: criar um instrumento/método de análise das leituras que permita identificar quais das obras selecionadas na etapa anterior efetivamente abordam o tema da pesquisa; (iii) levantamento das informações: obtido o roteiro, se passa a proceder um resumo da busca, explanando os dados obtidos.

Com isso, se trará o estado da arte acerca do tema, separando-se os artigos, livros e documentos que mais agreguem à pesquisa, para que, de forma objetiva, seja exposto o problema, os conceitos científicos relacionados a este, e a realidade do Litoral do Paraná em relação aos temas ora trabalhados.

Os dados colhidos serão tratados de forma analítica, observando os dados de forma interdependente e estabelecendo as conexões entre estes, buscando compreender as relações dos dados e das expressões sociais encontradas no Litoral do Paraná.

No caso específico do presente trabalho, que se propõe a averiguar as potencialidades no Litoral do Paraná, a metodologia analítica se mostra especialmente relevante, uma vez que o objeto de estudo é complexo e multifacetado.

Dessa forma, o tratamento dos dados de forma analítica permitirá estabelecer conexões mais precisas entre os ativos, recursos ativados e com potencialidade encontrados no Litoral do Paraná, ajudando a compreender como estes podem ser relacionar e influenciar de forma a criar uma oferta compósita de bens e serviços com especificidade territorial.

4. BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS DO LITORAL DO PARANÁ

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), as atividades relacionadas comércio e serviços representam 78,74% da produção e renda do Litoral do Paraná, seguidos pela indústria (20,56%) e produção primária (0,7%)⁷. Os dados do IPARDES demonstram que na região predominam atividades ligadas aos setores de comércio e serviços, sobressaindo-se atividades focadas em alojamento e alimentação, com pouca participação da cultura e lazer, por vezes não sendo estas vistas como potenciais geradoras de desenvolvimento territorial.

O Litoral do Paraná evoca imediatamente uma imagem de praias, ilhas, mar, tendo sido o destino de férias de várias pessoas, porém, tem muitas de suas expressões culturais e produtos específicos ignorados, seja por falta de procura, seja por ausência de promoção destes.

Em estudo apresentado pelo órgão estatal Paraná Turismo no ano de 2014, que analisou os dados dos turistas de 1992 a 2012, foi constatado que a maior parte dos visitantes que vem ao Litoral do Paraná são do mesmo Estado:

TABELA 1 – Origem dos turistas que vem ao Litoral do Paraná

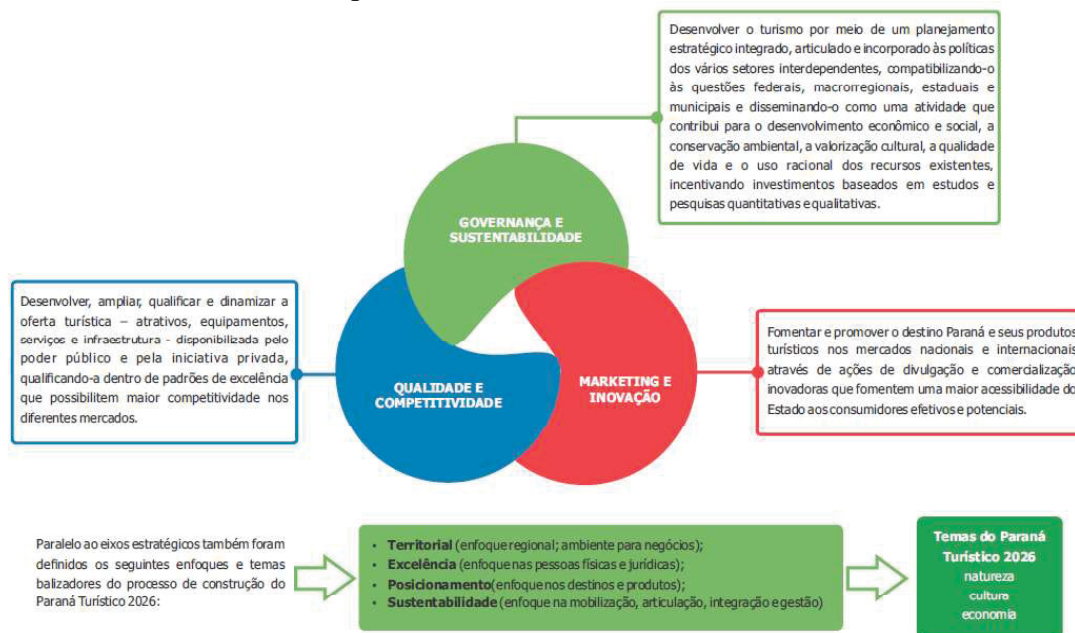
ORIGEM	ANOS (%)				
	1992	1997	2002	2007	2012
PARANÁ	93,4	89,3	84,3	88,9	88,3
SANTA CATARINA	1,1	2,5	3,7	2,4	2,5
SÃO PAULO	2,8	3,5	6,1	5,4	5,5
OUTROS ESTADOS	1,3	3,6	4,2	2,2	2,5
ESTRANGEIROS	1,4	1,1	1,7	1,1	1,2

FONTE: Elaborado pelo Autor com dados do Paraná Turismo.

Em 2016, o Paraná Turismo lançou o “pacto por um destino inteligente”, a fim de implementar políticas de turismo no Estado entre os anos de 2016 e 2026, tendo eixos estratégicos de atuação que são compatíveis com a formação de uma CBST

⁷ Dados disponíveis em <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-das-Regioes>. Acesso em 05/05/2023.

FIGURA 2 – Eixos estratégicos de desenvolvimento do turismo no Paraná 2016-2026



Tal planejamento estratégico, embora não direcionado especificamente para o Litoral do Paraná, condiz com as necessidades locais para fomento das visitas à região, para ser promovidos os bens e serviços territoriais e integrados em uma CBST única. E os três eixos – governança e sustentabilidade; qualidade e competitividade; marketing e inovação – são essenciais para se atingir o efeito CBST na região.

Ao se pensar em bens específicos deste território, quase sempre o que primeiro aparece é o barreado, prato típico e que tem projeção nacional, tendo figurado em programas de televisão, sido pauta de reportagens de revistas e objeto de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses (GIMENES, 2009, 2011; HAAS, 2023; MASCARENHAS; RAMOS, 2008).

Uma análise ampla da região permite identificar outras especificidades locais com potencial de integrarem uma CBST, sendo que cada município possui bem e serviços únicos, que podem ser utilizados para atrair visibilidade a outros produtos do território, uma vez que geograficamente próximos, tendo uma história de ocupação semelhante, com a ativação de recursos em uma cidade potencialmente gerando efeitos nas cidades vizinhas, desencadeando o “efeito CBST”:

O efeito CBST está correlacionado à valorização de diversos produtos e serviços, com destaque para o turismo e os mercados de proximidade, em torno de uma construção cognitiva em escala territorial. Ao adquirir um produto, o consumidor descobre as especificidades dos demais e passa a utilizar os produtos da cesta. [...] Embora cada bem ou serviço possa ser vendido

separadamente, o saldo positivo do consumo do conjunto de produtos deve ser superior à soma do saldo positivo do consumo individual de cada produto (TECHIO et al., 2020, p. 6)

A exploração científica do presente trabalho, além de identificar as potencialidades dos produtos ofertados no território, busca também identificar que papéis poderiam desempenhar em um eventual efeito CBST gerado a partir das interações entre os recursos, ainda que produzidos em municípios diferentes.

Produtos alimentícios e a gastronomia são geralmente os mais importantes itens em uma CBST, pois “[...] ao nutrir o corpo, o turista pode também alimentar-se da identidade e da história de um determinado local, aproximando-se da realidade visitada” (MEIRA, 2013, p. 25), sendo essenciais para a atração de turistas:

Indispensável para a permanência do visitante, a gastronomia e os empreendimentos a ela relacionados podem ainda funcionar como agregadores de valor a outros serviços turísticos, tais como meios de hospedagem (por meio da estrutura de restaurantes, bares e serviço de quarto), meios de transporte (por meio do serviço de lanches e refeições, e até mesmo lautos jantares, no caso dos cruzeiros marítimos) e eventos (por meio do serviço de *coffee-breaks*, almoços, jantares e coquetéis) (GIMENES, 2009, p. 12)

Sem a pretensão de esgotamento do estudo dos bens e serviços com potencialidade de integrar uma CBST do Litoral do Paraná, se passa a descrever alguns destes, analisando estudos que foram feitos (quando existentes), a situação da ativação e como pode ser utilizado de forma singular e em conjunto aos demais itens da cesta, não sendo o objetivo do presente trabalho se aprofundar na história e o surgimento de cada recurso, mas sim explorar sua(s) potencialidade(s).

Local de belezas naturais singulares, o Litoral do Paraná conta com um arcabouço de potenciais turísticos que podem servir como cenário de uma CBST, auxiliando na promoção dos bens e serviços específicos, explorando-se desde a Serra do Mar e sua exuberante Floresta Atlântica até as ilhas e praias de rara beleza.

A paisagem local em si, por ser fruto da evolução natural do território não será contemplada na presente pesquisa, com o estudo limitado ao que provém da intervenção humana, bem como as expressões culturais específicas e como estas pode contribuir na formação de uma oferta compósita de bens e serviços territoriais.

E a forma com que se deu a ocupação antrópica do território ao longo dos séculos fez surgir hábitos e costumes que foram resultado da miscigenação de várias culturas,

surgindo assim variados hábitos, costumes e alimentos que tem as peculiaridades encontradas somente no Litoral do Paraná.

Alguns desses bens e serviços com especificidade territorial tem potencial de integrarem uma CBST do Litoral do Paraná, alguns já prontos, outros necessitando de ajustes para uma melhor integração com os demais bens e serviços.

4.1 FANDANGO CAIÇARA

FIGURA 3 – Dançarinos de fandango no centro histórico de Paranaguá



FONTE: JB Litoral

O fandango caiçara é uma expressão cultural reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2011, como forma de “[...] compartilhamento de práticas, modos de vida, saberes e cosmovisões das populações caiçaras” (IPHAN, 2011, p. 21), especificamente dos municípios de Iguape e Cananeia em São Paulo e Guaraqueçaba, Paranaguá e Morretes no estado do Paraná.

O documento de registro do fandango caiçara ao IPHAN o define como:

[...] um conjunto de práticas que envolvem mutirões, festa, dança coreografada e batida com tamancos pelos homens, dança de casais bailada sem coreografia, um universo musical e poético específico, com o uso de instrumentos como a viola fandanguera (ou viola branca, como é conhecida em Iguape/SP), com suas afinações e toques característicos, juntamente com adufos e rabeça (IPHAN, 2011, p. 23).

Derivado de danças da península ibérica, trazidas principalmente por imigrantes portugueses, ganhou sua especificidade no território pela apropriação pelos habitantes do território, que adaptaram a música, os instrumentos e a dança conforme seus próprios referenciais, tendo sua origem traçada principalmente nos mutirões organizados pelos habitantes locais, onde ocorria uma festa de encerramento das obras (LEANDRO, 2007), criando algo único, com identidade territorial.

Não cabe ao presente trabalho explorar a rica história do fandango caiçara, mas sim observar seu potencial como integrante de uma CBST do Litoral do Paraná, uma vez que é um serviço territorial permeado da cultura local, com várias expressões que não se limitam à música e dança (chamadas de “marcas”).

Os tradicionais instrumentos utilizados (viola, rabeça e adufo) tem sua identidade territorial, uma vez que são feitos a partir da visão do seu fabricante e das características dos materiais do local, sendo possível até mesmo identificar quem foi o artesão que construiu o instrumento uma vez que cada um

[...] trabalha de acordo com sua memória, e suas possibilidades (que incluem habilidades, matéria prima e ferramentas). A realização de um projeto de construção de instrumentos baseado apenas na observação é uma das características mais marcantes destes construtores. Cada um dá ênfase àquilo que, de alguma forma, considera mais importante (ROMANELLI, 2005, p. 52).

Os tamancos de madeira utilizados na dança são artesanalmente construídos, sendo a batida produzida por estes no tablado também de madeira em que se executa o fandango que produz a marca característica do fandango, além das roupas e comidas tradicionais que são associadas a esta manifestação cultural.

A cidade de Paranaguá inclusive realiza a Festava Nacional do Fandango, que teve sua 13ª edição no de 2022⁸, que contou com cerca de 20 grupos de fandango, tendo também oficinas de técnicas, danças, além de comidas e bebidas tradicionais, já

⁸ Ainda sem divulgação de uma edição no ano de 2023 quando da elaboração deste trabalho.

demonstrando seu potencial enquanto elemento de ligação entre vários aspectos dos bens com especificidade territorial do Litoral do Paraná.

Além da potencialidade enquanto atrativo turístico, o fandango pode auxiliar a melhorar a senso de pertencimento dos atores locais, ao praticarem uma atividade cultural que é singular e executada de forma coletiva, em “[...] momentos privilegiados para a comunicação do discurso identitário que se constrói ao longo do tempo, no e sobre o território” NICOLINI, 2013, p. 158).

As danças tradicionais são valorizadas por serem

[...] atividades espontâneas e naturais que têm a ver com a expressão coletiva de emoções e ideias, sentimentos e significados específicos dos contextos de vida do povo de diversas regiões do país. Por esse facto, representam as práticas e experiências relacionadas com a história do povo, aspetos que foram sendo transmitidos de geração em geração (quase exclusivamente por via oral), de modo a resguardar as suas tradições e a divulgar os seus conhecimentos (LINHARES; HENRIQUES; MOREIRA, 2014, p. 60).

Teixeira e Teixeira definem as danças tradicionais como uma “[...] ritualística não-sagrada, de exposição e apresentação de culturas regionais” (2014, p. 122), produzindo assim uma verdadeira mística em seu entorno, que atrai a atenção de viajantes, cada vez mais interessados nos aspectos culturais das localidades (RICHARDS, 2009).

Algumas danças tradicionais são conhecidas como elemento de interesse turístico na região: frevo em Recife, bumba meu boi em Parintins, as diversas danças gaúchas no Rio Grande do Sul. O fandango caíçara tem semelhante potencial, por ser constituído de marcas com ritmo peculiar e cujos passos podem ser executados desde crianças a idosos, potencializando sua abrangência.

Várias singularidades do fandango são passíveis de integrar uma CBST, seja através de apresentações dos grupos de fandango, seja através de oficinas de dança e de artesanato dos instrumentos e dos calçados utilizados, expondo ao visitante parte da cultura local, que surgiu juntamente com outros elementos únicos do Litoral do Paraná.

Cabe também a verificação, pelos atores locais, de experiências já bem sucedidas em outros locais do Brasil e do mundo

Como referência do uso da dança com sucesso em hotéis, no exterior, podemos citar hotéis na Argentina que fazem pacotes com grupos de dança no ensino e performances de Tango, pousadas em Lisboa, que são oferecidas pela proximidade da Escola de Dança do Conservatório Nacional. Hotéis do Havaí que recebem seus hóspedes por meio de dançarinas caracterizadas e dançando de havaianas (RUIZ, 2012, p. 94).

Ao começar a integrar a chamada “rota dos cruzeiros” em 2022, Paranaguá inclusive ofereceu apresentações de fandango para os passageiros do navio “Viking Octantis” (SELIVON, 2022), sendo a dança o primeiro contato da maioria dos passageiros com algo específico do Litoral do Paraná, servindo assim de abre-alas para toda a potencialidades de experiências a seres desfrutadas no território.

A integração do fandango com a CBST do Litoral do Paraná necessitaria de apoio do Poder Público, integrado aos atores locais, sejam dançarinos ou não, para se pensar inclusive uma remuneração aos dançarinos e músicos. Apresentações com regularidade e diversificação, em pontos integrados com o oferecimento de outros bens e serviços territoriais no mesmo local podem contribuir para a comunidade em geral. E, como benefício adicional, a popularização do fandango caiçara pode fazer com que mais pessoas se interessem por esta expressão cultural, contribuindo assim para a perpetuação das danças tradicionais do Litoral do Paraná.

4.2 BARREADO

FIGURA 4: Barreado servido em restaurante de Morretes



FONTE: José Fernando Ogura/Arquivo AEN

O barreado é um prato feito com carne bovina temperada e cozida lentamente e com, tradicionalmente feito em panela de barro selada com uma mistura de farinha e água (ato de “barrear” a panela e origem do nome do prato), enterrada em um buraco no chão com o fogo por cima, tradição que remonta a mais de 200 anos, tendo sua origem disputada pelos municípios de Paranaguá, Antonina e Morretes (MASCARENHAS; RAMOS, 2008).

Ainda que tenha diversas versões e receitas, a receita básica inclui: carne de segunda (pois é um prato originalmente das pessoas mais humildes) com pouca gordura, cominho, louro, toucinho ou bacon, iniciando por se refogar os ingredientes antes de se lacrar a panela e passa-se ao cozimento, que tradicionalmente se estendia por vinte e quatro horas (GIMENES, 2011), sendo que atualmente é mais comum ser feito em fogões convencionais ou até mesmo em panela de pressão.

A Associação de Restaurantes e Similares de Morretes e Região (ARSIMER) obteve a Indicação de Procedência do barreado em 06 de dezembro de 2022 (Revista de Propriedade Industrial – RPI – 2709)⁹, um claro demonstrativo da valorização deste prato como patrimônio territorial pelos atores locais.

Existem em Morretes, Antonina e Paranaguá restaurantes especializados no barreado, mas este também pode ser encontrado nos outros municípios do litoral, seja nos cardápios, seja nos serviços de buffet oferecidos, em geral apenas mais um prato entre outros, sem destaque específico. Mas é nos restaurantes especializados que encontramos uma exploração mais aprimorada do prato, com todo o serviço direcionado para a experiência dos comensais.

Na maioria dos estabelecimentos especializados, após o barreado ser servido na mesa, um garçom vai à mesa, conta um pouco da história e da receita do prato e faz o pirão, mistura de farinha de mandioca com o caldo do barreado, mexendo até formar uma massa em um prato fundo, que teatralmente vira sobre a cabeça do cliente, mostrando que está pronto por que não desgruda do prato. Tal ato é um deleite àqueles que o veem pela primeira vez e faz parte da cultura do barreado e chegou inclusive a virar uma espécie de desafio na rede social TikTok, dedicada a vídeos de curta duração.

⁹ Foi o 12º produto paranaense a obter uma IG e o 100º produto brasileiro.

FIGURA 5 – O teste do barreado



Fonte: Emerson Haas

Atualmente, o barreado é apresentado também em outras formas além da tradicional. Pode ser encontrado o bolinho de barreado (espécie de salgado com massa à base de mandioca e recheado com barreado), barreado preparado com outras carnes (como búfalo ou frango), servido com outros acompanhamentos e até mesmo a utilização do barreado para acompanhar massas (GIMENES, 2008), demonstrando a versatilidade deste produto do Litoral do Paraná.

Existem estabelecimentos que vendem o barreado congelado, para que os turistas possam levar a iguaria para casa, podendo ser encontrados tanto nos mesmos restaurantes em que é servido quanto em estabelecimentos comerciais variados e inclusive pode ser encontrado em mercados de grande porte e é encontrado mesmo na capital paranaense.

Porém, enquanto item de uma CBST falta ao barreado um retorno à sua origem humilde, pois como os restaurantes que o servem em geral são destinados a turistas, acabam sendo proibitivos para o habitante médio dos municípios litorâneos, sendo o consumo em casa, com receita e rituais próprios, além de seu reparo muitas vezes ser proibitivo ante o valor do gás de cozinha, uma vez que atualmente é mais comum o preparo diretamente no fogão convencional do que enterrado.

Também ainda existem potencialidades em relação ao barreado, podendo outros aspectos serem explorados. Por exemplo, não existe na região um local que faça do preparo tradicional do barreado uma atração e um diferencial, que poderia ser explorado por hotéis ou pousadas, como acontece em muitos estabelecimentos do tipo no Rio Grande do Sul onde o preparo do churrasco faz parte do atrativo e os hóspedes são incentivados a observar o preparo e seus rituais.

O “fazer um churrasco” obedece a códigos, normas e comportamentos previstos, aceitos e reconhecidos por todos, situação que permite a observação de aspectos diversos que implicam em relações sociais e expressam valores e julgamentos, o que leva a pensa-lo como um *ritual de comensalidade e partilha* (MACIEL, 1996, p. 36).

O barreado guarda rituais similares, pois em sua origem era um prato preparado e consumido coletivamente antes de festas populares, principalmente no entrudo de Carnaval, que precedia a quaresma, sendo o barreado o último prato à base de carne bovina a ser consumido antes do início da quaresma (MASCARENHAS; RAMOS, 2008).

Entre os recursos ora listados, as características e reconhecimentos do barreado o fazem ser um possível produto líder na construção da CBST do Litoral do Paraná: tem especificidade territorial, encontra-se ativado, é reconhecido nacional e internacionalmente, está presente na maioria dos municípios, possui IG, possui uma rede de distribuição que ainda pode ser ampliada.

4.3 OSTRAS DO CABARAQUARA

FIGURA 6 – Ostras servidas no Restaurante Ostra Viva



FONTE: Instagram do estabelecimento¹⁰.

As ostras cultivadas na localidade rural do Cabaraquara, município de Guaratuba, vêm ganhando destaque no cenário gastronômico em função da alta qualidade do produto.

Inicialmente, as ostras eram coletadas manualmente nos mangues da região (CASTILHO-WESTPHAL et al., 2014), porém com a alta da demanda, os produtores locais começaram a cultivar as ostras com manejos comerciais, visando o aumento da produção e a melhoria da qualidade do produto, em uma iniciativa da UPFR chamada CULTIMAR, que busca auxiliar os maricultores em suas atividades e desta forma contribuir para o desenvolvimento territorial (OLIVEIRA; SILVA; ESTEVES, 2017). A UFPR fornece uma estrutura que “[...] envolve análises sanitárias da carne da ostra, de laboratório, cuidados ambientais e divulgação” (FONSECA; SANTOS, 2014, p. 27).

As ostras são exploradas na localidade por sete Micro e Pequenas empresas, sendo a mais antiga do ano de 1996 (restaurante Ostra Viva), conforme levantamento feito por Nunes, Chemin e Abrahão (2017) no ano de 2015. As ostras do Cabaraquara, do gênero *Crassostera brasiliiana*, foram reconhecidas em publicações gastronômicas, sendo

¹⁰ Disponível em: http://instagram.com/ostra_viva. Acesso em 16 de maio de 2023.

consideradas as melhores do país e uma das três melhores do mundo segundo a avaliação de especialistas japoneses (KOWALSKI, 2019).

Segundo Fonseca e Santos (2014) os proprietários dos restaurantes do Cabaraquara costumam oferecer experiências aos clientes, os convidando a conhecer os métodos de cultivo, além de serem locais inseridos entre a Floresta Atlântica e a Baía de Guaratuba, proporcionando uma paisagem de singular beleza.

Podem ser consideradas ativadas, enquanto já são exploradas e reconhecidas como iguaria, fazendo parte de iniciativas de turismo locais, utilizando matérias primas produzidas localmente, sendo seu maior componente territorial não preparos típicos, mas sim a qualidade diferenciadora do produto local, cujo ambiente geográfico proporciona o aumento da qualidade.

Ainda sem uma IG, as ostras de Guaratuba são exploradas quase que exclusivamente por restaurantes situados no Cabaraquara, região rural do município, mas de fácil acesso, possuindo vias pavimentadas em boa parte do trajeto e com placas indicativas. Em alguns restaurantes é possível o acesso pelo mar, com docas próprias, ainda que pequenas. Por estarem situados próximo à região de alguns dos Iates Clubes mais exclusivos do Paraná, aliado ao custo significativo de uma refeição, a ostra já preparada destina-se usualmente a consumidores de maior potencial aquisitivo, possuindo certo status em seu consumo.

A ostra *in natura*, que pode ser facilmente encontrada em qualquer época do ano, é vendida em preços mais módicos nos mercados de pescados locais, porém, ante sua aparente exclusividade, é pouco consumida pelos turistas das classes abaixo da C, que desconhecem a facilidade de preparo e o valor do produto.

Dentro de suas potencialidades, a ostra pode integrar a CBST do Litoral do Paraná e interagir com outros produtos, seja utilizando-se estes em receitas que utilizem outros produtos com especificidade territorial, seja apresentando os demais itens da cesta a seus consumidores, incentivando estes a conhecerem outros locais.

4.4 CACHAÇA DE MORRETES

FIGURA 7 – Cachaça Porto Morretes



FONTE: Site da empresa¹¹.

Bebidas alcoólicas são há muito apreciadas por conhecedores e um produto diferenciado, com uma origem que denota qualidade, acaba por se agregar valor, oriundos dos saberes dos produtores e das especificidades do local (clima, *terroir*).

A cachaça é tipicamente brasileira, tendo recebido a primeira IG nacional por decreto presidencial (BRASIL, 2001), mas diversas localidades tem seus métodos de produção diferenciados e são reconhecidas por tais saberes, como, por exemplo: Salinas (MG); Paraty (RJ); Luiz Alves (SC); Pirassununga (SP), Tracunhaém (PE), entre várias outras.

Ainda que não seja um alimento com valor nutricional, é amplamente conhecida e consumida:

¹¹ Disponível em <https://www.portomorretes.com.br/premium>. Acesso em 18 de maio de 2023.

Não se configura como uma bebida necessária para a sobrevivência humana, mas sim como uma opção gastronômica, pois as pessoas buscam o seu consumo por determinados motivos que ultrapassam os limites puramente biológicos. É um alimento, mas também configura-se como um bem capital e cultural (MEIRA, 2013, p. 19).

No litoral paranaense, a cachaça tem sua produção concentrada em Morretes desde o século XVIII, inicialmente focada em produções locais de forma artesanal e familiar, com famílias mais abastadas tendo seu próprio engenho e também um engenho central, construído em 1877 (MENEZES; CURVELLO; DERETTI, 2020).

A cachaçaria Porto Morretes, especializada em cachaças de qualidade, afirma em seu sítio da internet entre os diferenciadores da cachaça morretiana está o microclima de Morretes, situada junto à Serra do Mar, que resulta na produção de uma cana-de-açúcar peculiar (PORTO MORRETES, 2019; MEIRA, 2013).

Ainda existem todos os saberes locais associados à produção, adequada ao tipo de clima, geografia e particularidades do território. Menezes et al. (2020) ressaltam que as formas de produção de cachaça em Morretes são passadas entre gerações, sendo que os principais fabricantes aprenderam o ofício com seus antepassados e vem perpetuando estes conhecimentos.

As singularidades da matéria-prima e do modo de produção (utilizando-se fermentos naturais) resultam em um produto diferenciado, valorizado pelos conhecedores e por entusiastas, sendo que inclusive a cachaça “Porto Morretes Premium” foi eleita a melhor cachaça do país em 2016 pela revista especializada *Cachaça em Revista* (2016). Também já foi protocolado pedido de IG junto ao INPI, ainda em tramitação na data de elaboração deste trabalho.

Ao se visitar Morretes, várias são as cachaças encontradas, desde embalagens menos a baixo custo até as marcas premium, com diversas idades e formas de envelhecimento, com valores que podem chegar próximos aos de uísques importadores. A cachaça em Morretes é vendida em locais especializados, lojas varejistas e na tradicional feira da cidade, junto a vários outros produtos que tomam emprestada a credibilidade da cachaça, tais como licores, doces, geleias.

FIGURA 8 – Cachaças a venda na feira de Morretes



FONTE: O autor (janeiro de 2023).

Curvelo (2019) identificou 12 produtores de cachaça em Morretes, sendo que destes 4 são empresas devidamente registradas perante os órgãos fiscais e sanitários e os demais são informais. Apesar disso, o cultivo atual de cana-de-açúcar no município é de apenas 130 hectares, sendo que no auge da produção ultrapassava os mil hectares de cultivo.

A produção de cachaça é familiar, tendo as terras passado de pai para filho, com um grande senso de pertencimento no território que “[...] pode ser considerado uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença de uma comunidade de pessoas cujos valores e cultura se assemelham” (CURVELO, 2019, p. 110).

Observa-se com isso um princípio de formação do efeito CBST, com a cachaça liderando uma gama de outros produtos territoriais, com os quais interage direta ou indiretamente, sendo oferecida na maioria dos restaurantes locais e com facilidade de ser encontrada no comércio dos municípios litorâneos.

Por ser um produto que demanda uma grande estrutura de produção, os poucos produtores detêm o conhecimento necessário, porém, possuem uma capacidade limitada,

o que faz a exclusividade também um atrativo para o produto e até mesmo a continuidade da produção:

[...] as possibilidades de manter viva a tradicional cachaça de alambique passam pela apropriação cultural da bebida, as ser percebida não apenas como mais um produto comercial, mas como elemento significativo da identidade. Para isso fica evidente, além de outras práticas de valorização identitária, a importância dos citados selos de Indicação Geográfica e de procedência (MATIAS, 2020, P. 40-41).

A cachaça é também um produto consumido por praticamente todas as classes sociais, havendo algumas econômicas e cachaças premium, com produção limitada e diferenciada. Ademais, é nacional e internacionalmente utilizada em diversos coquetéis e até na gastronomia, famosa por sua versatilidade, o que lhe confere outras potencialidades que não apenas a venda do produto diretamente.

Minas Gerais é um dos Estados com grande tradição na produção de cachaça, onde as cachaçarias locais já buscam uma melhor utilização de seu espaço, com uma oferta não só do produto in natura, como é o exemplo da cachaçaria Vale Verde, na cidade de Betim:

O local possui uma cadeia de elementos agregados que são oferecidos ao visitante, como os paisagísticos para contemplação, os que proporcionam sensações e experiências. No local é possível conhecer as etapas de produção da bebida; curiosidades desta e de outras marcas no museu que conta a história da bebida; degustá-la; e vivenciar o contato com a natureza (BRAGA; KIYOTANI, 2015, p. 265).

A cachaça de Morretes tem o potencial de ser um grande agregador na formação de uma CBST do Litoral do Paraná, por ser produzida em um local de beleza singular situado dentro da Floresta Atlântica, sendo um produto ativado e conhecido pelos conhecedores de cachaça como de alta qualidade, necessitando que este conhecimento se expanda a um público cada vez maior, bem como seja incorporado ao patrimônio imaterial de toda a população e não apenas dos produtores, emergindo assim o efeito CBST.

4.5 CATAIA (UÍSQUE CAIÇARA)

FIGURA 9 – Cataia em floração



FONTE: Cecília Fernandes.

Cataia é o nome popular de duas espécies de plantas utilizadas para infundir cachaaas, a *drimys brasiliensis* Miers e a *pimenta pseudocaryophyllus* (ZEM, 2014) e tem sua distribuição em florestas ombrófilas mistas e densas, tendo vários usos registrados pelos saberes populares (RADOMSKI et al., 2013). As folhas são obtidas geralmente através da coleta em locais onde ocorrem naturalmente, sendo praticamente inexistente o plantio comercial da folha.

A folha da cataia é utilizada em alguns municípios do Litoral do Paraná, litoral sul de São Paulo e até mesmo em alguns lugares de Santa Catarina como tempero – sendo um substituo do louro –, chás medicinais e também para se infundir com a cachaa, gerando uma bebida que leva o mesmo nome, também conhecida como uísque caiçara no Paraná e como uísque da praia em São Paulo.

FIGURA 10 – Cataia produzida em Matinhos



FONTE: Instagram do produtor¹².

Sobre a origem da utilização da cataia infundida com cachaça, Zem (2014) nos diz que

[...] a bebida originou-se na comunidade de Barra do Ararapira, Litoral Norte Paranaense em 1985, quando resolveram misturar as folhas de cataia, originalmente utilizadas na comunidade como chá ou erva analgésica, com cachaça. Logo a bebida se espalhou pelas redondezas, sendo utilizada pelos pescadores em dias de frio e também por turistas, os quais propagandearam a bebida, também conhecida como uísque de caiçara ou uísque da praia. A bebida, segundo informações de domínio público, é feita pela adição das folhas da cataia, submersas na cachaça, reduzindo drasticamente sua acidez, fazendo com que se torne saborosa, com alteração de cor e sabor (p. 34).

O uísque caiçara é efetivamente uma bebida de sabor único, com uma gama de apreciadores, embora pouco conhecida fora do território, porém, ante sua especificidade tem alto potencial de ativação, ao ser mais conhecida, melhor distribuída e com

¹² Disponível em <https://www.instagram.com/cataiadomendes/>. Acesso em 20 de maio de 2023.

aprimoração dos métodos de produção. Por ser um produto bastante difundido e apreciado entre os moradores locais do Litoral do Paraná, o licor de cataia não é difícil de ser encontrado à venda, porém com pouco destaque e em geral de produção artesanal, utilizando-se de saberes locais, muitas vezes sem qualquer fiscalização dos órgãos sanitários.

A colheita é extrativista, como foi observada por D'Angelis na comunidade da Barra do Ararapira, onde existe a Associação das Mulheres Produtoras de Cataia:

As coletoras praticavam um manejo empírico, no qual retiravam apenas os galhos mais finos e procuravam realizar um revezamento das árvores extraídas. A identificação da espécie era visual e complementarmente olfativa. A coleta era realizada de forma manual, com ajuda de equipamentos simples como facões e fitas para amarração dos galhos para transporte. O material coletado era carregado nas costas pelas extratoras (2015, p. 28).

Todo o saber local envolvido na identificação da folha, das quantidades e dos diversos usos da mesma tem potencial para integrarem uma CBST do litoral, sendo forte o senso comunitário e com governança da administração dos recursos em alguns lugares é de fato exercida por grande parte da comunidade produtora, que se beneficia direta e indiretamente do comércio da folha e seus derivados.

Molhos à base de cataia já são encontrados em restaurantes do litoral paranaense, demonstrando a potencialidade deste recurso verdadeiramente endêmico, que pode se tornar um produto de grande reconhecimento, a partir de sua utilização na culinária e em coquetéis diferenciados, ganhando um espaço entre o crescente comércio de destilados.

A exclusividade da cataia, produzida com uma planta endêmica, tem grande potencial turístico, sendo sempre a culinária uma imersão na cultura local:

É impossível referir-se a um destino gastronômico sem mencionar quais são aqueles pratos e bebidas que evocam as mais antigas tradições culinárias, história gastronomia, que caracteriza o lugar, faz com que a comida faça parte da cultura de uma região, por isso a variedade de pratos e bebidas típicas, assim como os ingredientes, torna o destino tem uma atração especial que o diferencia dos demais (ARELLANO, 201-, p. 5, tradução nossa)¹³.

A cataia talvez seja o produto com menor ativação dentre os ora estudados, tanto por ser virtualmente desconhecida fora do território quanto pela artesanidade da

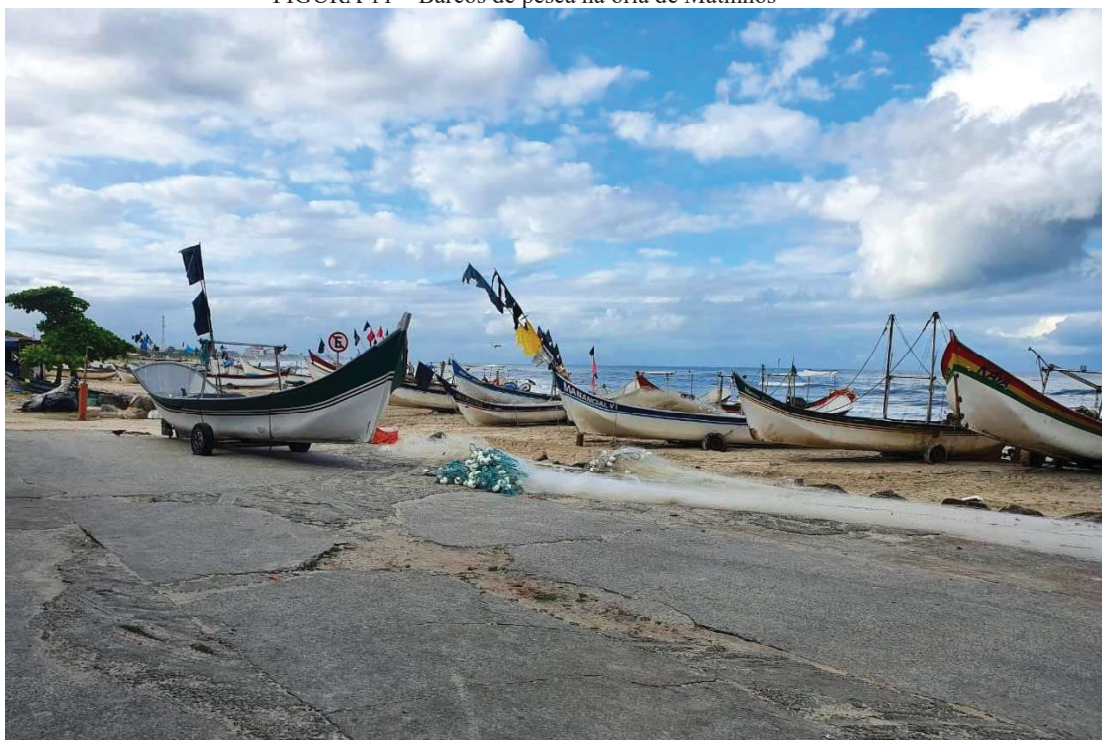
¹³Texto original: resulta imposible referirse a un destino gastronómico sin mencionar cuáles son esos platos y bebidas que evocan las más antiguas tradiciones culinarias, la historia gastronómica, que caracteriza el lugar, hace que la comida sea parte de la cultura de una región, por lo que la variedad de platos típicos y bebidas, así como de los ingredientes, hace que el destino tenga un atractivo especial que lo diferencia de los demás.

produção e distribuição, que é ainda incipiente e carece de estratégias de marketing e ser integrada com os demais produtos.

Ainda que talvez não tenha o potencial de ser um produto líder, a cataia (na forma de folhas ou de licor) tem o potencial de atrair visitantes, até mesmo para locais menos visitados, como Guaraqueçaba e as ilhas de Paranaguá, principais fornecedores das folhas.

4.6 PESCA

FIGURA 11 – Barcos de pesca na orla de Matinhos



FONTE: Agência Estadual de Notícias.

Andrigueto Filho (2002) define a pesca do Litoral do Paraná como sendo artesanal, de pequena escala e de importância apenas regional, com exceção da pesca de camarão em Guaratuba, tendo cerca de 66 espécies comercialmente relevantes. É “[...] praticada no interior dos estuários e na plataforma continental rasa” (CHAVES; ROBERT, 2003, p. 53), tendo o Litoral do Paraná cerca de 90 quilômetros de costa e, com a soma das baías de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Guaratuba, mais 400 quilômetros de costa interna¹⁴.

¹⁴ Fonte: Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR). Disponível em <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Pesca-e-Maricultura>. Acesso em 16 de maio de 2023

A pesca é reconhecidamente um dos fatores que moldaram a estrutura social do Litoral do Paraná, sendo presente desde os povos originários e se transferindo os que migraram posteriormente (DIEGUES, 1999), adaptando-se as necessidades dos povos que reterritorializaram o Litoral do Paraná, ao comércio e ao próprio meio ambiente que foi extensamente modificado conforme os anos se passaram (construção de portos, intervenções na orla).

Tal atividade tem potencial de integrar uma CBST, uma vez que pode ser abordada de diversas formas: (i) o produto em si, valorizando a pesca de forma artesanal, por pescadores nativos, com técnicas ancestrais e sustentáveis, em oposição à pesca industrial e predatória; (ii) a atividade pesqueira, com seus artefatos e técnicas peculiares da região (SOUZA et al., 2018), que podem ser vistos como um ativo cultural, podendo ser explorado na forma de oficinas, comercialização dos instrumentos de pesca locais, etc.; (iii) a culinária local que utiliza o pescado local.

A pesca tem a potencialidade de atrair ainda mais visitantes e, ao mesmo tempo, valorizar o que é localmente produzido. Espécies abundantes nos locais já tem suas festas típicas e tradicionais (tainha, sororoca etc.) que atraem turistas de fora e da própria região, associando a culinária que utiliza o peixe celebrado com shows, atividades culturais e outras opções de comida e bebida.

Também existe toda a cultura pesqueira do povo litorâneo, que se adaptou ao ambiente do território para criar métodos eficientes para sua alimentação, que nem sempre são comercialmente atrativos, mas possibilitam um vislumbre da cultura local:

O arrastão de praia é uma forma tradicional de pesca artesanal no litoral do Paraná. Embora apresente pouca expressão econômica nos dias de hoje, subsidiou por muitas gerações a existência de comunidades litorâneas. Essa modalidade de pesca tem como principal espécie-alvo a tainha (*Mugil liza* e *Mugil platanus*), de ocorrência sazonal nos meses mais frios, de meados de maio até meados de julho. É na “safra da tainha” que as particularidades do arrastão de praia mais se manifestam ou mais são percebidas, tais como a divisão de tarefas, a participação da comunidade em geral e a maior participação das mulheres na atividade pesqueira artesanal, além da potencialização da competição ou cooperação entre os pescadores (PINHEIRO et al., 2009, p. 135).

Estas modalidades tradicionais de pesca, que são sazonais, ainda podem ser encontradas tanto no continente quanto nas ilhas, sendo uma grande festa comunitária, onde todos os que participam garantem seu quinhão do pescado.

Na Ilha do Mel, onde ainda existem comunidades em relativo isolamento das facilidades vindas do continente, os atores locais tem um forte vínculo de identidade com a pesca:

Ou seja, mais do que viverem da pesca, na verdade, estes pescadores vivem a pesca como parte de sua existência. Ao invés de o mar pertencer a eles (como uma propriedade), eles sentem-se como pertencentes ao mar e têm um sentimento de pertencimento à Ponta Oeste que está acima de qualquer renda gerada pela pesca (SILVA et al., 2019, p. 1.209).

FIGURA 12 – Pesca da tainha na Ilha do Mel



Fonte: JB Litoral, maio de 2021.

É muito comum nos municípios balneários do Litoral do Paraná que os moradores tenham seu próprio barco para pesca recreativa, o que é realidade em várias camadas sociais e não apenas dos mais abastados, ante a grande gama de embarcações existentes, desde canoas motorizadas a lanchas e iates, cada qual com suas peculiaridades e custos de aquisição e manutenção.

Com isso, percebe-se que é possível a exploração da pesca esportiva e sustentável em embarcações de variados portes, com variados níveis de conforto e

duração, com possibilidades de oferecimento de experiências para os pescadores iniciantes e avançados.

Conforme já dito anteriormente, a atividade pesqueira é sazonal, o que lhe limita aos meses em que os peixes podem ser capturados, o que nem sempre é entendido pelos visitantes:

Isto porque, embora o visitante busque conhecer o seu cotidiano, sabe-se que estas populações têm suas atividades orientadas por uma sazonalidade que demanda um tempo completamente distinto do convencional. O movimento das águas, as fases da lua, a posição do sol, nem sempre coadunam com o planejamento e o acompanhamento por parte do turista que fica preso à infraestrutura de serviços, como período de permanência, horários de viagens, hábitos e horários alimentares, por exemplo (SOUZA; CAÑETE, 2015, p. 625).

A UFPR possui grupos de Turismo de Base Comunitária tendo a pesca como atrativo, através da rede Anfítrioes do Litoral, onde são apresentadas as formas tradicionais de pesca das comunidades nos municípios de Paranaguá, Guaratuba e Guaraqueçaba (CABRAL; TEIXEIRA JÚNIOR, 2020).

A culinária à base de peixe é variada, com diversos pratos feitos com pouca intervenção (peixes cozidos e assados), similares à culinária litorânea de outros locais, mas com o tempero local, oriundo das muitas miscigenações ocorridas na reterritorialização do Litoral do Paraná.

Muitos dos pescados passavam por processo de secagem, como forma de conservação e o consumo desse produto seco originou pratos típicos, ainda encontrados em comunidades tradicionais, mas que chegam em pequena quantidade aos visitantes. Um preparo típico encontrado e com especificidade territorial é a cambira, peixe salgado e seco ao sol em varais de cipó, que é consumido assado, ensopado, geralmente acompanhado de banana, porém, quase não é encontrado nos restaurantes dos municípios balneários (MARTINS, 2017). Cambira é também um prato preparado com o peixe seco cozido em molho de tomate:

Os ingredientes utilizados para fazer a cambira são: peixe seco, cebola, tomate, coentro, cebolinha, alfavaca, cominho, banana verdolenga (quase verde) e sal a gosto. Refoga-se a cebola e o tomate. Acrescentam-se os temperos (alfavaca, cebolinha e coentro). Quando o molho de tomate estiver pronto, acrescenta o peixe seco e dessalgado neste molho, acrescenta a banana da terra verdolenga (banana verde) e tampa a panela. Quando o peixe e a banana estiverem prontos deve-se retirar do molho e colocar a parte. Do molho com o gosto dos temperos e do peixe é feito o pirão com farinha de mandioca (MARTINS, 2017, p. 109-110).

Inclusive o município de Pontal do Paraná realizou nos anos de 2021 e 2022 o “Festival da Comida Caiçara”, onde restaurantes locais são convidados a produzirem pratos com inspiração na culinária tradicional do local, que são ofertados nos estabelecimentos para consumo popular, sendo que na edição 2022 foi exaltada a cambira e os estabelecimentos participantes concorriam em três categorias: (i) melhor cambira tradicional; (ii) melhor PF (prato feito) caiçara com cambira; (iii) petisco caiçara (releitura da cambira)¹⁵.

Esta iniciativa da Prefeitura de Pontal do Paraná demonstra o esforço e a busca na ressignificação dos pratos tradicionais, que fazem parte do patrimônio da população local e que tem potencial de atraírem visitantes tanto de fora quando do próprio Litoral do Paraná, para que conheçam mais da alimentação ancestral.

As belas paisagens locais, a Florestas Atlântica próxima possibilidades de pesca em rios e no mar, diversos peixes existentes, a rica culinária local derivada de todos os povos que participaram da formação do território constituem recursos a serem utilizados na formação de um efeito CBST, servindo de veículo para que os pescadores conheçam os demais produtos oferecidos na região e possibilitando que desde o pescador até o proprietário de um restaurante possam aumentar sua renda, além da maior visibilidade ao território.

¹⁵ Disponível em <https://gastronomiacaicara.com.br/>. Acesso em 16 de maio de 2023.

4.7 MANDIOCA

FIGURA 13 – Mandioca branca de Morretes



FONTE: MF Rural¹⁶

O cultivo da mandioca, planta nativa do Brasil e bastante utilizada na alimentação das populações tradicionais, existe na região desde tempos imemoriais

O cultivo da mandioca e o seu processamento em forma de farinha era realizado pelos indígenas que habitavam o território. Relatos feitos por Staden (1999) ao passar pelo litoral Norte do Paraná (Guaraqueçaba) entre 1548 e 1555 descreve a produção de mandioca (plantio) e seu processamento na forma de farinha (diferentes tipos e técnicas utilizadas). Relatos feitos por Saint-Hilaire (1978), do início do século XIX, também evidenciam a presença da cultura da mandioca e seu processamento na forma de farinha. O autor mencionou que a farinha de mandioca produzida no Litoral do Paraná era exportada pelo Porto de Paranaguá. Martins (1995), que passa pelo Litoral do Paraná entre os anos 1854 e 1856, corrobora com os escritos de Saint-Hilaire no que se refere a produção e a exportação da farinha, porém feita em escalas menores do que a da erva mate, do arroz e da madeira. Por fim, Leandro (2007) relata a ocorrência de comercialização de farinha de mandioca no Litoral paranaense e seu excedente comercializado em Curitiba na segunda metade do século XIX (DENARDIN et al., 2015, p. 207).

É consumida em todas as regiões do país, de fácil plantio e com alta durabilidade, podendo esperar cerca de dois anos para ser colhida, e tem importância histórica, cultural e econômica (OLIVEIRA, 2021a). Contudo, seus subprodutos, especialmente a farinha,

¹⁶ Disponível em <https://www.mfrural.com.br/detalhe/402410/mandioca-morretes>. Acesso em 20 de maio de 2023.

necessitam de conhecimentos específicos, pois podem até mesmo ser venenosos caso não sejam adequadamente tratados (DENARDIN; SULZBACH; KOMARCHESCKI, 2015).

Leandro (2007b) destaca que durante o século XIX a mandioca e a farinha de mandioca eram responsáveis pela maior parte das calorias e nutrientes consumidos na comunidade de Paranaguá pelos pobres e escravizados, que diversificaram o consumo, produzindo especialmente beijus e bolos assados, com estruturas improvisadas, criando assim saberes locais para o beneficiamento do tubérculo.

A matinhense Jocelina Santana Bonatto (popularmente conhecida como Gigi Bonatto), nascida em 1907 deixou os registros de suas memórias da localidade em sua infância, trazendo uma perspectiva em primeira mão da cultura local, registrando o cenário e a produção artesanal, que começava na oficina de farinha de mandioca.

Toda a oficina era feita de madeira, com exceção do forno que sobre uma “fornalha” de barro onde a massa era colocada e a farinha torrada, sendo mexida com a ajuda de duas pás de madeira. A massa depois de prensada e extraída toda a “mandiqueira” – líquido venenoso da mandioca – era peneirada em peneira de taquara e depois levada ao forno para torra. O resto da mandioca que sobrava na peneira, a “carueira” também era torrado para alimento das galinhas. Recordo com muitas saudades dos “bijus” que ali eram feitos. Uns contendo o polvilho uma massa bem fininha, bem banca da mandioca, enrolada e assada no forno. O outro não sei como era feita a massa, mas me lembro que era assado em folha de bananeira, era rijo, mas gostoso! Papai adorava! Também se fazia o “bolo de goma” – “cambau” como chamavam.

[...]

Fazia-se também o doce de goma – espécie de sequilho, com cravo, ovos, geralmente servidos em ocasiões de festas religiosas, fandangos, enfim, em dias festivos (BONATTO, [199-], p. 23-24).

O resgate e ressignificação dessas iguarias locais e pouco conhecidas, aliado ao que já existe de produção de mandioca *in natura* e farinhas, com a diversidade do produto e uma qualidade diferenciada pode liderar todo uma CBST, atraindo e avaliando a qualidade dos produtos primários locais. Denardin et al. (2009) destacam que a forma de produção da farinha de mandioca no Litoral do Paraná lhe confere um sabor diferenciado por ser feita sem a extração do amido, o que confere a este produto sua especificidade territorial.

A plantação de mandioca ainda é essencial no meio rural para a segurança alimentar dos agricultores, mas possui potencial de aproveitamento para geração de renda, seja *n natura*, seja beneficiada em farinha, fécula, chips (SCHULTE et al., 2010). A mandioca chips (ao estilo das batatas industrializadas), embalada e rotulada de forma

artesanal, é facilmente encontrada nos municípios litorâneos, nas feiras e mercearias, sendo um lanche comum entre os visitantes.

Outra característica que demonstra a potencialidade da mandioca e seus derivados é que existem ou existiram farinheiras em todos os municípios do Litoral do Paraná, conforme levantamento realizado em 2008:

[...] foram identificadas no litoral norte sessenta e três (63) farinheiras, distribuídas da seguinte forma: Antonina (19), Guaraqueçaba (30) e Morretes (14). Por sua vez, no litoral sul, foram identificadas setenta (70) farinheiras em seus quatro municípios: Guaratuba (48), Matinhos (3), Paranaguá (17) e Pontal do Paraná (2). Nos sete municípios constavam cento e trinta e três (133) farinheiras, as quais estão classificadas como ativas, autoconsumo, inativas e comunitárias (DENARDIN, 2015, p. 34).

Também existe uma miríade de subprodutos da mandioca ainda pouco explorados e alguns quase desaparecidos, que poderiam ser resgatados com o fim de integrarem a CBST do Litoral do Paraná, indo muito além da farinha e dos chips já conhecidos.

A mandioca embalada e congelada oriunda da região, especialmente dos Municípios de Morreste e Antonina já são produzidas em escala industrial, sendo facilmente encontradas em varejistas de diversos portes tanto no território quanto em outras cidades do Estado e muito apreciados pela fácil cocção.

Enquanto inserida em um SIAL, a mandioca tem forte vínculo com a identidade cultural dos habitantes do Litoral do Paraná, seja no consumo, seja na produção, possuindo especificidade territorial tanto do produto *in natura* quanto de seus derivados que são locais, herança dos habitantes anteriores, começando com os indígenas que já tinham suas roças quando da chegada dos europeus e africanos na região.

Como potencial de integrar a CBST do Litoral do Paraná, pode ser considerada até para o produto líder, ante a variedade de subprodutos, seu consumo por todas as classes sociais do Brasil e de custo relativamente baixo, sendo que a sua maior ativação depende do aumento do reconhecimento de sua especificidade e melhoria nos processos para aumento da renda de qualidade territorial.

4.8 BALA DE BANANA

FIGURA 14 – Bala de banana da marca Antonina



FONTE: Site da marca¹⁷.

Outro item do Litoral do Paraná que possui IG, a Bala de Banana de Antonina tem alto grau de distribuição no mercado nacional, tendo obtido sua Indicação de Procedência do INPI em 2020, através de iniciativa das maiores produtoras locais e recentemente sendo aprovada no Senado Federal como capital nacional da bala de banana, ainda pendente na data deste trabalho a votação na Câmara dos Deputados, com a seguinte justificativa:

[...] a aprovação deste Projeto de Lei, que reconhece o município de Antonina como a Capital Nacional da Bala de Banana colocará a cidade, e toda a região de entorno no cenário turístico nacional. Esse merecido reconhecimento certamente atrairá turistas de diversos estados e países, contribuindo de forma extremamente positiva para a economia local, e do estado do Paraná. Além disso, este projeto também reflete a valorização do pequeno produtor rural, o respeito às questões sociais e ambientais e, principalmente, fará com que o município de Antonina seja tido como exemplo de sustentabilidade, com ênfase na geração de emprego e renda (SENADO FEDERAL, 2022).

¹⁷ Disponível em <https://www.balasantonina.com.br/>. Acesso em 22 de maio de 2023.

Um fator diferenciador da bala de banana produzida no Litoral do Paraná é a matéria prima, uma vez que as bananas cultivadas no território são naturalmente mais adocicadas (OLIVEIRA, 2021b), possibilitando a produção do doce sem aditivos químicos nem conservantes.

Interessante observar que em pesquisa realizada por Cordeiro et al. (2014), a bala de banana foi associada por entrevistados ao município de Morretes e não a Antonina.

A bala de banana está associada à imagem do município do Litoral do Paraná, entre os respondentes 88,5% considera a bala de banana um produto típico da cidade de Morretes e 70,5% todas as vezes que vem visitar a cidade, costumam comprar a bala de banana. Vale ressaltar que esta prática ocorre independente da marca porque 93% dos respondentes relataram não ter preferência por alguma marca em especial, demonstrando que a bala de banana é um produto de fácil aceitação (p. 353).

Tal situação não é de todo estranha, uma vez que Morretes recebe mais turistas que Antonina (CORDEIRO et al., 2014) e a bala é comercializada em diversos locais, sem clara identificação de sua origem, apesar do nome das mais populares constarem referências ao município onde são produzidas: Antonina Bala de Banana e Bananina.

Essas duas empresas, ambas no mercado a cerca de quarenta anos, foram as idealizadoras e realizadoras da obtenção de IG para o produto, certamente contando também com o viés comercial que o reconhecimento traz em seu escopo, mas também com preocupação de beneficiar todos os envolvidos na cadeia produtiva, desde o banicultor (OLIVEIRA, 2021). É um caso diferenciado, pois embora se trate de um saber local, com especificidade territorial, é um item de produção concentrada nessas duas empresas, que fabricam cerca de um milhão de balas anualmente (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2021). Apesar do relativamente pouco tempo que são produzidas, já tem uma íntima ligação com o Litoral do Paraná, tendo nesses 40 anos sido rapidamente reconhecida como produto local.

Ao possuir a IG, as balas produzidas em Antonina têm diversas potencialidades dentro de um efeito CBST, por sua facilidade de transporte, serem um gosto quase universal e por seu baixo custo de aquisição, consumido por todas as classes sociais. Existem cerca de oito fábricas artesanais de bala de banana no município de Morretes (OLIVEIRA, 2021), que não desfrutam da IG por conta de sua localização geográfica, mas se beneficiam indiretamente do prestígio das fabricadas na cidade vizinha.

As balas de banana produzidas em Antonina possuem administrações profissionais, em contraponto ao caráter artesanal e pessoal da maioria dos demais

produtos aqui listados, tendo um investimento na marca. O site de internet da Bala de Banana Antonina, por exemplo, oferta uma ampla gama de produtos, desde derivados da banana (doce, passa) até outros produtos como camisetas e canecas, além de ofertar a bala de banana em caixas bem produzidas prontas para serem dadas como presente e até mesmo ovos de Páscoa.

FIGURA 15 – Ovo de Páscoa com bala de banana



FONTE: Site da Marca¹⁸.

No momento, ainda que associado ao Litoral do Paraná, as balas de banana são mais comuns nos municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, ainda que sejam comercializadas nos demais municípios. A título de curiosidade, no curso dessa dissertação, o Autor viu em um grande mercado do município de Matinhos um pacote de

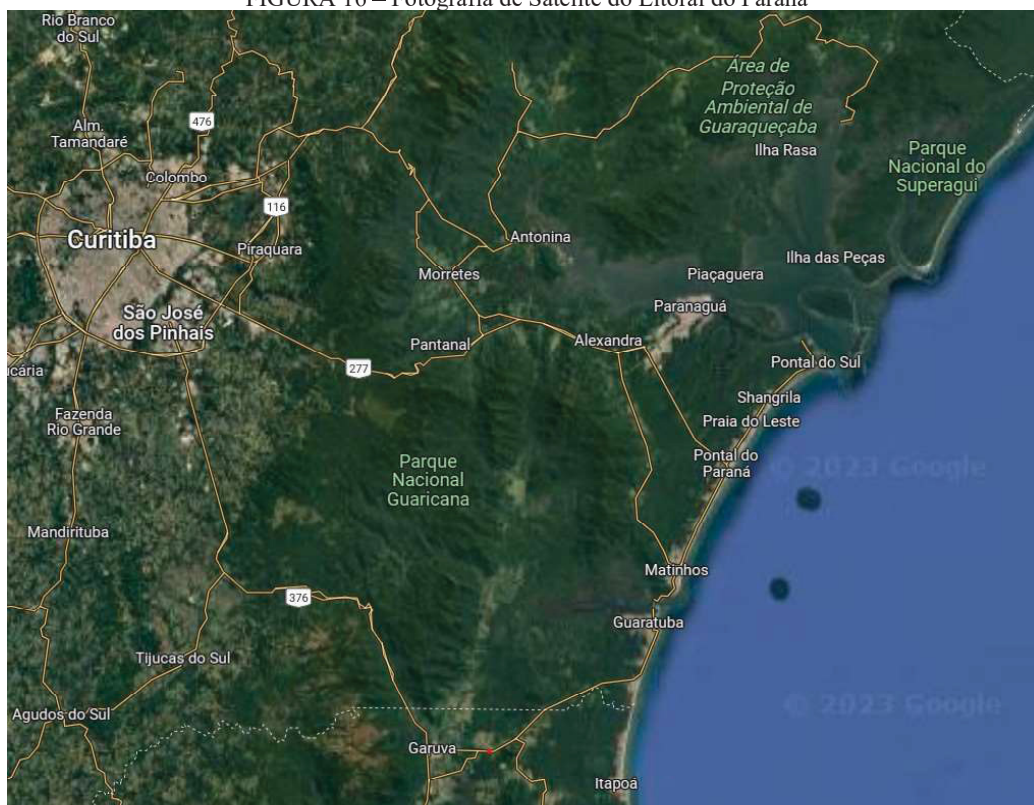
¹⁸ Disponível em <https://www.balasantonina.com.br/>. Acesso em 22 de maio de 2023

balas de banana, cuja marca lhe era desconhecida e, ao examinar o pacote constatou que as balas eram oriundas da cidade de Laurentino/SC, sem que houvesse também a oferta de balas do Litoral do Paraná, o que demonstra que parece haver uma falta de senso de pertencimento da bala nos demais municípios.

Ainda assim, as balas de banana têm alto potencial de se integrarem a uma CBST do Litoral do Paraná, principalmente por já possuírem IG e estarem formando uma campanha de reconhecimento nacional, em conjunto com o SEBRAE, com exposição do produto e seus benefícios em vários estados da Federação (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2022).

4.9 PAISAGEM NATURAL

FIGURA 16 – Fotografia de Satélite do Litoral do Paraná



Fonte: Google Maps

O Litoral do Paraná possui uma grande área preservada de Floresta Atlântica, como pode ser observado na fotografia de satélite acima, constituída principalmente de floresta ombrófila densa e por formações pioneiras com influências marinhas, lacustres e fluviais (RODERJAN et al., 2023), situada entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico,

possuindo 12 Parques Nacionais (PARNAS), cujo objetivo legal é tanto preservar a biodiversidade quanto fomentar o desenvolvimento do turismo ecológico, criados entre 1981 e 2014 (VIKOU; CHEMIN; ABRAHÃO, 2017), assim distribuídos

TABELA 2 – Parques Nacionais no Litoral do Paraná

Nome	Ano de criação	Esfera Administrativa	Área (ha)	Municípios abrangidos	Visitação
Parque Estadual Rio Da Onça	1981	Estadual	118,51	Matinhos	Sim
Parque Nacional do Superagui	1989	Federal	33.860,36	Guaraqueçaba	Sim
Parque Estadual da Graciosa	1990	Estadual	1.189,58	Morretes	Não
Parque Estadual Pico do Marumbi	1990	Estadual	8.745,45	Piraquara, Quatro Barras e Morretes	Sim
Parque Estadual do Pau Oco	1994	Estadual	905,58	Morretes	Não
Parque Estadual Roberto Ribas Lange	1994	Estadual	2.698,69	Antonina e Morretes	Não
Parque Nacional <i>Saint-Hilaire / Lange</i>	2001	Federal	24.500	Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá	Sim/ Visitação não manejada
Parque Estadual do Boguaçu	2002	Estadual	6.660,64	Guaratuba	Não
Parque Estadual da Ilha Do Mel	2002	Estadual	337,84	Paranaguá	Sim
Parque Estadual Pico Paraná	2002	Estadual	4.333,83	Campina Grande do Sul e Antonina	Não
Parque Nacional Marinho Ilha dos Currais	2013	Federal	-	Pontal do Paraná	Não
Parque Nacional do Guaricana	2014	Federal	49.286,87	Guaratuba, Morretes, São José dos Pinhais	Não

Fonte: VIKOU; CHEMIN; ABRAHÃO, 2017, p. 71

De uma forma geral, os PARNAS têm elevado potencial turístico, em especial na atualidade, onde se tem uma retomada da valorização da natureza, com discussões acerca do meio ambiente e aumento da conscientização sobre a necessidade de preservação para a garantia da qualidade de vida das gerações futuras. Os PARNAS possuem uma legislação extensa de proteção e limitação de uso, devendo possuir um plano de manejo que englobe além da manutenção e proteção da biodiversidade também a “inclusão, promoção e valorização da educação ambiental e do turismo de natureza – o Ecoturismo” (SANTOS, 2011, p. 153).

As trilhas na mata são uma opção comum de ecoturismo, presente em vários dos PARNAS existentes no Litoral do Paraná, com diferentes graus de dificuldade, indo desde elevações de 105 metros (Trilha Salto do Tigre) até mais de 1.500 metros, sendo as vezes sem qualquer sinalização, a depender da Unidade em que estão implementadas (SILVA; SEZERINO, 2021).

O ecoturismo enquanto recurso tem diversos potenciais, sendo que alguns já são explorados no Litoral do Paraná, dentre os quais se destacam várias atividades aquáticas realizadas no rio Nhundiaquara em Morretes, que possui passeios de canoa, em boias, entre outros, sempre operado por locais, que conhecem a área.

As praias não deixam de também serem destinos ecológicos, uma vez que integram a paisagem do local e necessitam de constante manejo para um equilíbrio entre o turismo e a preservação, em uma tentativa de convivência harmônica entre os visitantes e a fauna e flora locais.

A natureza faz parte da própria identidade da população litorânea do Paraná, sendo que de praticamente qualquer ponto das cidades se enxergam os picos da Serra do Mar ou o Oceano Atlântico, o que constrói nos atores um senso de pertencimento, ao ser um verdadeiro patrimônio natural e histórico-cultural (AMARAL; AFONSO, 2022).

Del Rio (2022) identifica três dificuldades na exploração da paisagem natural para o desenvolvimento territorial: (i) a implementação de um sistema de gestão, proteção e organização que seja satisfatório para todos os atores envolvidos; (ii) a integração da paisagem natural no planejamento urbano e territorial; (iii) determinação dos protocolos de intervenção na paisagem natural fora das áreas de proteção.

Com isso, várias limitações são impostas ao uso da natureza enquanto recurso, devendo serem respeitadas as legislações aplicáveis, que visam proteger a fauna e a flora locais para as futuras gerações e para a saúde do Planeta. Contudo, muito pode ser feito no campo do ecoturismo para que integre a CBST do Litoral do Paraná, em uma atividade híbrida entre turismo e educação para a conservação.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O enfoque da CBST é um conceito relativamente novo, que começou na Europa e vem tendo experiências de implantação no Brasil, com as dificuldades apresentadas em nosso país: “[...] questões como a vulnerabilidade social; a pobreza; o acesso inadequado aos meios de produção, como a terra, por uma parcela da população rural, bem como a governança territorial e processos de desenvolvimento inclusivos” (TECHIO et al., 2021, p. 2-3). Antes do presente trabalho não houve um estudo que contemplasse tal enfoque no Litoral do Paraná, onde podem ser identificados os problemas supramencionados, comuns a praticamente todas as regiões do país.

Não faltam interesses no estudo e propagação dos saberes locais, existindo inclusive a Rede Anfitriões do Litoral do Paraná, que foi desenvolvida pela UFPR enquanto projeto de extensão acadêmica em 2018, com o objetivo de mostrar ao mundo os saberes locais do Litoral do Paraná, tendo como fundamentos: (i) promoção de gestão democrática do Turismo de Base Comunitária (TBC); (ii) TBC como alternativa de geração de renda; (iii) TBC como valorização dos territórios tradicionais; (iv) inovação no mercado turístico regional (SOUZA, 2020).

Tal iniciativa caminha paralelamente à construção de uma CBST do Litoral do Paraná, que visa justamente integrar saberes locais com geração de renda, tendo os atores locais como protagonistas, sempre exaltando o que é identificado como patrimônio territorial. O TBC pode integrar uma CBST, e esta o fortalecer reciprocamente, cumprindo com a finalidade de ambos os métodos, que é reforçar as comunidades locais.

A CBST utiliza outras metodologias para sua formação, considerando as integrações entre os atores e governos, mantendo-se sua sustentabilidade e autenticidade, enquanto traz desenvolvimento para todo o território em um sistema complexo, codependente e colaborativo, para um desenvolvimento do território.

No Litoral do Paraná, em que pesem as diferenças entre os municípios, estes possuem traços de ligação desde sua ocupação antrópica, reforçado ao longo dos séculos com a existência de similaridades entre as territorializações, sempre tendo o mar e a Floresta Atlântica como seu cenário e fontes de surgimento dos saberes locais, ampliados e adaptados pelos diversos povos que o forjaram.

Dos bens e serviços com especificidade territorial identificados neste trabalho e seu potencial de integrar uma CBST do Litoral do Paraná, constatam-se diferentes graus de ativação entre estes, bem como diferença entre a distribuição territorial, com a

identificação dos atores com o produto em si, diferentes graus de governança e o reconhecimento da origem dos bens e serviços.

Foi constatado que é mais comum o reconhecimento do produto ligado a um município específico: bala de banana DE ANTONINA, cachaça DE MORRETES, ostras DO CABARAQUARA, faltando a unidade entre os itens para que sejam reconhecidos como parte de um território único, amplo e rico de belezas e saberes. O fandango, talvez o mais presente e reconhecido como caçara, tem expressões também em São Paulo e Santa Catarina, por isso nem sempre é associado exclusivamente com o Litoral do Paraná.

Também se observou que alguns tem sua coordenação centrada em poucos produtores, que embora utilizem saberes locais, têm um processo produtivo caro e que demanda investimentos e ações para sua exploração que não são acessíveis a todos.

A tabela a seguir ilustra os resultados obtidos ao se analisar os produtos com identidade territorial do Litoral do Paraná, sua localização, principais atores, ativação e potencialidade:

Pecqueur (2001) traz que o efeito cesta surge quando o consumidor adquire um bem de qualidade territorial e acaba descobrindo outros produtos com especificidade do mesmo local, tendo assim o produto inicial “emprestando” sua qualidade para os demais. No Litoral do Paraná os produtos listados tem capacidade de produzirem esse efeito, uma vez que a qualidade de alguns já é reconhecida inclusive com a obtenção da IG.

O turista que pega o trem em Curitiba e vem a Morretes no final de semana, por exemplo, quase sempre degusta o barreado, quase sempre acaba adquirindo algum outro souvenir gastronômico: bala de banana, cachaça, farinha, chips de mandioca, por serem produtos ofertados próximos uns dos outros e se aproveitarem da garantia de qualidade que deriva dos demais.

Porém, quando se pensa em uma CBST do Litoral do Paraná, ainda não há o vislumbre deste empréstimo de qualidade em escala de todo o território, não existindo ainda uma ligação para o consumidor, por exemplo, entre o barreado e as ostras do Cabaraquara, que são produtos de qualidade reconhecida, com especificidade territorial, um com IG e outro em vias de obtê-lo. E nisso não influencia apenas um restaurante de barreado oferecer ostra e vice-versa, mas sim associar o consumo de um bem com a qualidade já conhecida do outro.

O Litoral do Paraná é um destino turístico pouco explorado, havendo nichos de visitantes especialmente do próprio estado, que correspondem a quase 90% do total (conforme demonstrado na Tabela 1). Ainda é necessária uma expansão do

reconhecimento do Litoral do Paraná como destino de férias com uma oferta compósita de vários atrativos, o que já vem sendo buscado, especialmente com várias obras de revitalização de orlas, engordas de praia, dentre outras.

Os esforços para obtenção de IG também são uma novidade no Litoral do Paraná, para assegurar o patrimônio territorial e agregar valor, permitindo também que os produtos referenciados possuam um atestado de qualidade intrínseco, o que certamente beneficiará os demais produtos que podem vir a compor uma CBST do Litoral do Paraná.

No caso da pesquisa liderada por Mollard e Pecqueur na região de Baronnies na França, o produto líder da região é o azeite de oliva, que gerou a teoria da CBST. Ao analisar os resultados da pesquisa, mais de dez anos depois, os autores assim escreveram:

Na realidade, a diversificação da demanda (especialmente por meio do turismo) e o surgimento de novas funções produtivas (serviços ambientais) podem ser fontes de externalidades positivas e recursos territoriais. Nossas observações em Baronnies ilustram isso bem: os preços de vários produtos/serviços de qualidade ancorados territorialmente são permanentemente superiores aos de uma oferta comparável, mas de origem geográfica diferente. Um produto líder, o azeite AOC de Nyons e os produtos relacionados, concentra ao seu redor um "conjunto" de bens e serviços que se reforçam mutuamente (vinhos locais, alojamentos rurais, óleos essenciais e plantas aromáticas) e geram rendas conjuntas (MOLLARD; PECQUEUR, 2007, p. 111 - tradução nossa).

A pesquisa feita no presente trabalho aponta que o Litoral do Paraná tem potencial de receber mais turistas, tendo vários atrativos pouco conhecidos fora da região e do estado, tendo uma gama de produtos com especificidade territorial que podem atuar de forma compósita para juntos alavancarem o desenvolvimento de todo o território.

O fenômeno identificado por Hirczak et al. (2008), de que a partir dos anos 1980 os bens e serviços de origem artesanal passaram a ser mais valorizados do que os industrializados, também puderam ser identificado no Litoral do Paraná, que demonstrou um crescimento no interesse por itens artesanais (como a cachaça e a farinha de mandioca), enquanto outros surgiram nessa época (como a bala de banana e o cultivo de ostras), tornando-se parte integrante da cultura local.

A grande questão é a busca pela RQT, onde há o encontro entre especificidade territorial e uma reconhecida qualidade dos bens e serviços (HIRZACK et al., 2008), que auxilia no desenvolvimento, sem que se perca a essência artesanal e a alta qualidade dos produtos específicos, que precisam manter suas características tradicionais para manterem os consumidores atraídos.

Cazella et al. (2020) identificam cinco pontos principais para que se adapte o enfoque da CBST para a realidade brasileira: (i) possibilitar a participação dos atores sociais que não integram as principais redes produtivas, equilibrando a balança de poder nos territórios; (ii) operacionalizar o enfoque de forma a não excluir os consumidores locais; (iii) a sustentabilidade dos bens e serviços; (iv) um sistema de governança que seja efetivamente inclusivo, (v) investimento na formação dos atores locais e em ações de marketing.

Essas dificuldades são também encontradas na realidade do Litoral do Paraná, onde foi identificado em alguns bens e serviços o controle por um pequeno grupo (especialmente no caso da cachaça e da bala de banana), não existindo exatamente governança inclusivo, respondendo apenas ao interesse dos produtores.

Outros produtos carecem de consumo pela comunidade local, como por exemplo as ostras e o barreado servido em restaurantes. Observa-se que estes produtos não são exatamente de alto custo de produção, pois a dúzia da ostra *in natura* não tem um preço proibitivo para a maioria das pessoas e o barreado é feito com carnes ditas “de segunda” e poucos ingredientes, não sendo produzido com insumos de alto valor elevado.

A sustentabilidade dos produtos do Litoral do Paraná não parece estar em risco, com exceção da pesca comercial, que sofre com a pesca predatória, especialmente de barcos com capacidade industrial vindos de outros locais (CHAVES; ROBERT, 2003). A cataia é extraída de forma artesanal e com cuidado para a preservação da planta, com os saberes locais guiando a colheita apenas das folhas maduras e de forma a não prejudicar o desenvolvimento da árvore (D’ANGELIS, 2015). As plantações de banana e mandioca são feitas em propriedades rurais já estabelecidas há vários anos, em ambientes já conhecidos e normalmente acompanhados por diversas organizações, como a UFPR e a EMATER (SILVA et al., 2017; SCHULTE et al., 2010).

A legislação brasileira oferece pouco espaço para governanças territoriais, com regulamentações amplas sobre os mais diversos assuntos e já tendo um histórico do poder focado nos políticos com cargo eletivo e nas instituições governamentais e não nas pessoas. Consultas populares não são comuns e o mais usual é que uma legislação genérica aplicada em realidades distintas e políticas públicas feitas por “especialistas”, seja utilizada na consulta das reais necessidades da comunidade. Como exemplo, citam-se oito farinheiras que foram instaladas no Litoral do Paraná pelo governo estadual entre os anos de 2001 e 2002 para uso comunitário, mas que poucos anos depois restava apenas

uma ativa e controlada por um único produtor, além de duas que sequer funcionaram (DENARDIN; SULZBACH, 2021)

A UFPR possui diversos programas voltados para a comunidade produtiva local, buscando resgatar e resguardar os saberes locais, bem como capacitar os produtores e até mesmo é responsável pelo surgimento de um saber local, no caso específico das ostras, que não estariam no estágio atual sem a intervenção da universidade, que acompanha tecnicamente a produção (FONSECA; SANTOS, 2014).

Outras ações de marketing vêm sendo desenvolvidas, especialmente no que tange à obtenção das IGs dos diversos produtos do litoral, tendo dois já a obtido com sucesso e outro em vias de obtenção. Assim, é possível notar uma convergência dos atores do Litoral do Paraná para aumentarem a visibilidade do território e, como isso, obterem maiores reconhecimentos sobre seus produtos com especificidade territorial.

Os resultados obtidos, ainda que incipientes ante o pouco tempo disponível para a pesquisa, demonstram que existe uma possibilidade de uma oferta compósita de bens e serviços com especificidade territorial no Litoral do Paraná, com vias de formar uma CBST integrada, forte e que contribua efetivamente no desenvolvimento territorial, conforme pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2 – Bens e serviços do Litoral do Paraná e a CBST

BEM OU SERVIÇO	LOCALIZAÇÃO	PRINCIPAIS ATORES	ATIVAÇÃO	POTENCIALIDADE(S)
FANDANGO	Litoral do Paraná	Grupos de fandango, artesãos de instrumentos	Ativado, contando com grupos em quase todos os municípios do território	Expressão cultural que pode ser um cenário para os demais produtos do Litoral do Paraná, associando as apresentações com restaurantes, hotéis etc.
BARREADO	Litoral do Paraná	Restaurantes	Ativado, reconhecido nacionalmente e com IG	Ser o "anfitrião" dos demais produtos da CBST do Litoral do Paraná.
OSTRAS	Guaratuba	Restaurantes	Ativado, porém ainda pouco conhecido e em processo de IG	- Interagir com os demais bens e serviços, usando-os em receitas. - Pode ter o consumo aumentado entre a população local.
CACHAÇA	Morretes	Fabricantes	Ativada, reconhecida pela qualidade	Passeios de degustação de cachaça, oferecendo experiências que incluem os demais bens e serviços.

CATAIA	Guaraqueçaba Paranaguá	Coletores	Ativada, ainda pouco conhecida	Atração de turistas para conhecer a produção.
PESCA	Litoral do Paraná	Pescadores, comerciantes de pescado, restaurantes	Ativada em diversas esferas (pescado, ingrediente de pratos tradicionais, pesca esportiva)	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento o oferecimento de pesca esportiva; - Maior exploração dos preparos tradicionais; - Experiências com a pesca tradicional
MANDIOCA	Litoral do Paraná	Produtores rurais, produtores de farinha	Ativada, com diversos subprodutos	Auxiliar no reconhecimento do Litoral do Paraná, enquanto produto de gosto popular e com diversos subprodutos.
BALA DE BANANA	Antonina Morretes	Fabricantes	Ativada, concentrada em principalmente dois produtores e com IG	Auxiliar no reconhecimento do Litoral do Paraná, pela fácil distribuição.
PATRIMÔNIO NATURAL	Litoral do Paraná	Governo	Parcialmente ativada, com muitos recursos ainda a serem explorados	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar na preservação ambiental, através da educação da população; - Aumenta o senso de pertencimento dos atores, pois é um patrimônio coletivo; - Ante o crescente interesse pela ecologia e preservação ambiental, a exuberância da fauna e flora local tem potencial de ser um grande cartão postal do território.

FONTE: Elaborado pelo autor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para cada município do Litoral do Paraná existem bens e serviços específicos, com ligação com seus vizinhos, que datam de séculos, formando uma cultura entremeadada e que evoluiu paralelamente, com trocas frequentes de saberes e que foram se influenciando mutuamente, formando o que hoje podemos encontrar no território pesquisado. As experiências são muito mais ricas, conforme o texto pode demonstrar, com cheiros, sons, sabores únicos, além da Floresta Atlântica e do Oceano Atlântico que servem de cenário para os visitantes que se vem ao Litoral do Paraná buscar suas especialidades.

A CBST “[...] dá destaque à valorização das pessoas do território, ainda que a construção deste processo possa ser permeada por estratégias que transcenderam o âmbito particular do território” (DESCONSI, 2022, p. 48). Nos bens e serviços investigados parece que falta esta valorização do ser humano envolvido, de seu saber, sua história e da construção de sua identidade, tendo valor apenas o produto final. Faltam experiências que agreguem o produtor ao produto, para que não tenhamos aquele bem finalizado, com IG, mas sem o conhecimento dos saberes e atores que o fizeram possível.

Este tipo de experiência (como as visitas às cachaçarias, às farinheiras) tem este poder de integrar produtor e produto, mostrando ao visitante de onde vêm o que vai consumir em uma imersão cultural e que é plenamente realizável no Litoral do Paraná (a exemplo do estudo de Braga e Kiyotani (2015), citado anteriormente).

Claro que nem tudo é perfeito, nem é um cenário idílico onde de uma hora para outra todos os produtos se juntam e formam uma CBST do Litoral do Paraná que imediatamente gere uma RQT a todos os envolvidos. É necessário envolvimento dos atores sociais e políticos, integração entre o público e privado e até mesmo o envolvimento de quem não está integrado na cadeia produtiva dos bens e serviços que poderiam compor uma CBST, uma vez que o enfoque visa justamente desenvolver a comunidade como um todo e não apenas quem produz para os produtos da cesta.

O que também é possível concluir do presente estudo é que muitas vezes os habitantes de um município não se identificam como pertencentes ao mesmo grupo dos de outro, o que dificulta o surgimento da identidade territorial em toda a extensão geográfica pesquisada, porém, os traços de ligação estão presentes e são possíveis de

serem resgatados, especialmente se houver um resgate ativo dessa identidade, pensando-se mais no conjunto dos municípios do que individualmente.

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação foi o ponto de partida acerca da abordagem da CBST para os produtos do Litoral do Paraná, uma vez que tal oferta compósita ainda não havia sido investigada. Sem pretensão de ser um guia sobre o tema ou mesmo apresentar uma proposta de CBST ante o tempo escasso disponível para uma dissertação de mestrado, certamente não houve o esgotamento do tema. Contudo, foi possível uma análise dos produtos e serviços listados, identificando estes como patrimônio territorial e seu potencial como catalisadores do desenvolvimento do território.

Ao organizar os bens e serviços que aqui seriam retratados, alguns poderão ter sido deixados de fora, seja pela falta de material disponível, pela ausência de características no produto que pudesse agregar ao efeito CBST, pelo tempo de pesquisa e até mesmo pelo desconhecimento do Autor. Assim, certamente a rica cultura local tem muitos outros bens que podem ser identificados e até mesmo ressignificados para integrarem a oferta.

É possível uma CBST do Litoral do Paraná? Os resultados obtidos apontam que sim. É possível, porém, é um trabalho de intensa pesquisa, reuniões, descobertas das possibilidades dos produtores e das vontades dos consumidores. É necessário apresentar os bens e serviços que só podem ser encontrados no Litoral do Paraná ao mundo, com ações de marketing direcionadas, exploração das experiências e atrativos, onde um “puxa” o outro, utilizando este como elemento para que seja conhecido outro produto.

Acerca dos produtos, se verificam distintas situações no que tange à união dos produtores, uma vez que temos casos onde já estão organizados em associações (Bala de banana, barreado, pescadores), enquanto outros ainda faltam elementos que possibilitem o exercício pleno de suas potencialidades, que não alcançam a visibilidade que podem e merecem ter.

Por ser o mais conhecido dentre os produtos ora listados, o barreado poderia ser o produto líder da CBST do Litoral do Paraná, utilizando de sua popularidade e a já obtida IG para alavancar outros produtos. Pode se pensar, por exemplo, em espaços que servem barreado sendo utilizados para apresentações de fandango, degustação de cachaças, cataia. A farinha de mandioca já é amplamente utilizada para ser feito o pirão de barreado, porém, pode também ser exaltada junto com o prato principal, se ressaltando sua origem. O barreado é associado ao Litoral do Paraná, sendo consumido em todos os municípios,

de reprodução relativamente fácil, uma vez que seus ingredientes e o método de preparo não são incomuns.

Em sendo a governança um dos atributos da CBST, são necessários fóruns, consultas e um extenso trabalho de campo com os produtores para que sejam identificados os mecanismos que auxiliem no desenvolvimento de suas potencialidades, identificando suas dificuldades e trazendo soluções que sejam efetivas, além de se proporcionar diálogos e interações entre os diferentes atores, para que possam estes descobrir através da troca de experiências e saberes as melhores formas de se auxiliarem mutuamente e contribuírem no desenvolvimento da região, focando nas áreas de real interesse, uma vez que são os conhecedores da realidade local. Por princípio, para se ter uma CBST, não pode a Administração simplesmente impor regulamentos e programas sem ouvir quem produz, sob risco de somente ter atitudes inócuas e que não atinjam o fim a que se destinam.

O que se observa, ao final deste estudo, é que falta uma estrutura de governança territorial que oportunize a integração entre os vários produtos identificados e seus produtores, para que sejam efetivamente considerados como uma oferta compósita. Uma proposta concreta de uma CBST do Litoral do Paraná necessitaria um estudo maior e com mais tempo de pesquisa, inexecutável no período de execução de uma dissertação de mestrado, porém, as potencialidades existem e foram demonstradas na pesquisa, onde foram descritos os produtos específicos do território e seu potencial de ativação para tornarem em fatores efetivos de estímulo ao desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, C. M. S.; BAHL, M. Turismo cultural e desenvolvimento incluyente: o caso de Paranaguá, Paraná, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 1, p. 96-118, 2011.

ABRAHÃO, C. M. S; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas Residências: análise dos conflitos territoriais no destino de Matinhos (Litoral do Paraná, Brasil). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, n. 1, p. 143-162, 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Barreado é o 12º produto paranaense e o 100º do Brasil a receber Indicação Geográfica**. 06 de dezembro de 2022. Disponível em <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Barreado-e-o-12o-produto-paranaense-e-o-100o-do-Brasil-receber-Indicacao-Geografica>. Acesso em 15 de maio de 2023.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Pescadores de Matinhos preveem mais qualidade de vida com a revitalização da orla**. 01 de julho de 2021. Disponível em <http://www.historico2.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=113530&tit=Pescadores-de-Matinhos-preveem-mais-qualidade-de-vida-com-a-revitalizacao-da-orla>. Acesso em 20 de maio de 2023.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, **Conquista da IG para a bala de banana será celebrada, em Antonina**. Agência SEBRAE de Notícias, 16 de novembro de 2022. Disponível em <https://pr.agenciasebrae.com.br/cultura-emprededora/atitude/conquista-da-ig-para-a-bala-de-banana-sera-celebrada-em-antonina/>. Acesso em 20 de maio de 2023.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, p. 61-69, 1992.

AMARAL, R. M.; AFONSO, H. C. A. G. Áreas verdes e a potencialidade do parque natural municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) para a hipótese da cesta de bens e serviços territoriais. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 8, n. 1, p. e618-e618, 2022.

ANDRIGUETTO FILHO, J.M. Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização e tipificação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: em busca da interdisciplinaridade**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 213-232.

ARELLANO, A. **Foodie&tours**: estrategias de posicionamiento en el turismo gastronomico mundial. Campus de Turisme, Gastronomia i Historia, Universitat de Barcelona, 201-, 10p.

AZEVEDO, O. **Expedição Coração do Brasil – Paranaguá-Lagamar**. Curitiba: Voar, 2012, 432p.

BALHANA, A. P. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 87, p. 39-50, 1996.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 288p.

BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, p. 173-199, 2009.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: homem e terra reminiscências**. 3. ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009, 212p.

BONATTO, J. S. **Gigi: de volta ao passado**. Curitiba: Gráfica Venezuela, [199-]. 85p.

BONNAL, P.; MALUF, R. S.; CAZELLA, A. A. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjugação de enfoques. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 16, n. 2, p. 185-227, 2008.

BOTELHO, I. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. 400p.

BRAGA, M. V. F.; KIYOTANI, I. B. A cachaça como patrimônio: turismo, cultura e sabor. **Revista de Turismo contemporâneo**, v. 3, n. 2, p. 254-275, julho/dezembro de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 4.062/2001** Define as expressões "cachaça", "Brasil" e "cachaça do Brasil" como indicações geográficas. Brasília, 21 de dezembro de 2001.

BÜTTENBENDER, P. L.; BARTOLI, E.; MENEZES, E. C. O., ZAMBERLAN, C. O., COVAS, A. M. A.; HENZEL, M. E. Abordagem territorial do desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da dimensão produtiva. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 26-38, jan-abr 2022.

CABRAL, B. L. F.; TEIXEIRA JUNIOR, D. Turismo de base comunitária e cultura alimentar: um estudo de caso no litoral do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 3, 2020.

CACHAÇA EM REVISTA. São Paulo, ano 2, v. 2, 2016.

CALVENTE, M. del C. M. H. O patrimônio territorial e a perspectiva das populações tradicionais. **GeoTextos**, v. 14, n. 1, p. 39-60, 2018.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. ECLM, Paris, 2014. 264p.

CAPELLESSO, A. J.; PAGLIOZA, L. G.; SLAVIERO, A.; HEINECK, A. C. D. R.; PERIN, G. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma cesta de bens e serviços territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 205-223, 2022.

CARNEIRO, N. P. **Memória e patrimônio**: etimologia. Webartigos, 11 jul. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288/>.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J.; PIMENTA, C. A. M. A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 134-150, 2022.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006.

CASTELLA, R. M. B.; CASTELLA, P. R.; FIGUEIREDO, D. D. S.; QUEIROZ, S. M. P. **Paraná – Mar e Costa**: subsídios ao ordenamento das áreas estuarina e costeira do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2006. 144 p.

CASTILHO-WESTPHAL, G. G.; DAL PONT, G.; HORODESKY, A.; OSTRENSKY, A. Comunidades ribeirinhas extrativistas e a exploração de bancos de ostras do mangue *Crassostrea sp.*, na baía de Guaratuba-Paraná, litoral sul do Brasil. **Bioscience Journal**, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, v. 30, p. 912–923, 2014.

CASTRO, I. N. de. **O que é Benchmarking e qual a sua importância para o Marketing Digital**. 2020, disponível em <https://rockcontent.com/br/blog/benchmarking/>. Acesso em 03 de novembro de 2022.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N. de; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. de. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 1-21, 2022.

CECHINEL, A.; FONTANA, S. A. P.; DELLA, K. G. P., PEREIRA, A. S.; PRADO, S. S. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016.

CHAMPREDONDE, M. Tipicidad Territorial: elemento fundacional de la construcción de una denominación de origen. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 1, p. 22-40, jan./jul. 2016.

CHAMPREDONDE, M.; BORBA, M. S. **Diferenciar productos locales contribuyendo al desarrollo territorial**. Montevideo: IICA, 2015. 64p.

- CHAVES, P. de T.; ROBERT, M. C. Embarcações, artes e procedimentos da pesca artesanal no litoral sul do Estado do Paraná, Brasil. **Atlântica**, v. 25, n. 1, p. 53-59, 2003.
- CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C. M. S. Integração Territorial do Litoral do Estado do Paraná (Brasil): transportes, balnearização e patrimonialização na formação e dinâmica do espaço turístico. **RAEGA-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 32, p. 212-239, 2014.
- CORDEIRO, C. C. N.; DERETTI, S.; ANACLETO, A.; VELLOZO, E. Comercialização de bala de banana no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, Campina Grande, v. 16, n. 4, p. 349-357, 2014.
- COSTA, E. B. da. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 2, 2017, p. 53-75.
- COUTO, J. O Brasil Pombalino. **Revista Camões**, n. 15/16, 2003. Disponível em: <http://bibliotecasicl.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=O+++Brasil+++Pombalino&DataBase=105199_BDC&Operator=AND&Profile=Default&format=>>. Acesso em 14 mar 2023.
- COVAS, A. M. A.; MENDONÇA, M. D. M. C.; DALLABRIDA, V. R. Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XXIV, n. 1.268, Barcelona: Universidad de Barcelona, 20/04/2019.
- CURVELO, E. B. C. **sistema agroalimentar localizado e desenvolvimento territorial sustentável: um estudo da experiência dos produtores de cachaça do município de Morretes – PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2019, 163p.
- D'ANGELIS, A. S. R. **Subsídios ao manejo extrativista sustentável de cataia - Pimenta pseudocaryophyllus (Gomes) Landrum (Myrtaceae)**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2015, 75p.
- DALLABRIDA, V. R. Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 7, nº 2, p. 282-299, 2011.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015.
- DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: Editora CRV, 2017. 238p.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Significar territórios como estratégia de diferenciação: aportes teóricos e metodológicos. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 196-213, 2020b.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai/ago/2020c.

DALLABRIDA, V. R. Verbete: Ativos e Recursos Territoriais. In: **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**, 2 ed. Uruguaiana: Editora Conceito, 2021. p. 71-72.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan-abr/2022.

DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J.; CHAMPREDONDE, M. Produto com tipicidade territorial consolidada e indicação geográfica: possíveis contribuições para novas experiências. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 5, p. 237-251, set-dez 2018.

DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; CARNIELLO, M. F.; BÜTTENBENDER, P. L.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. de O. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: Uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, 2023, p. e14586-e14586, 2023.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 8-80. jan./junho/2021.

DEL RÍO, R. M. Hacia un proyecto de paisaje desde el patrimonio territorial. **Estudios geográficos**, 83 (292) (e094), p. 1-20, janeiro-junho 2022.

DENARDIN, V. F. Sustentabilidade de alternativa de produção desenvolvida por agricultores familiares em unidades de conservação no Litoral do Paraná. **Guaju**, v. 1, n. 1, p. 27-43, 2015.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T.; KOMARCHESCKI, R. Farinhas no litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado – SIAL farinhas. In: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESCKI, R. (Orgs.). **Farinhas do**

Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. *Matinhos: UFPR Litoral*, 2015. p. 197-217

DENARDIN, V. F.; ALVES, A. R (eds.). **Desenvolvimento territorial:** Olhares contemporâneos. Londrina: Editora Mecenaz, 2019. 159 p.

DENARDIN, V. F.; ALVES, C. L. B.; CAZELLA, A. A.; FETT JÚNIOR, N.; LOPES, P. R. Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão natural e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP. Vol. 18, n. 1 (jan./abr. 2022), 2022, p. 61-83.

DENARDIN, V. F.; LAUTERT, L. F.; RIBAS, C. P.; ZANETTI, R. Farinha de Mandioca no Litoral Paranaense: Um Produto com Potencial Agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, p. 2.420-2.424, 2009.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. O decrescimento pela mudança no agir: Um aprendizado a partir da produção de farinha de mandioca em farinhas comunitárias do Litoral do Paraná. **Tópicos em Ciências Sociais**, v. 7, p. 16-25, 2021.

DEOLINDO, J. **O negócio da mídia no interior**. Curitiba: Appris, 2019. 243p.

DESCONSI, C. A formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 241-258, 2022.

DIEGUES, A. C. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 361-376, 1999.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 114–133, 2022.

DREYER, D. Miséria da cidade grande desce a serra. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 19 de outubro de 2006. Disponível em <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/miseria-da-cidade-grande-desce-a-serra/#:~:text=Em%20dezembro%20de%201990%2C%20Caiob%3%A1,de%20Janeiro%20e%20do%20Guaruj%3%A1>. Acesso em 17 de março de 2023.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 8, p. 25-41, 2003.

FARINÓS, J. D. Desarrollo territorial y gobernanza: refinando significados desde el debate teórico pensando en la práctica. Un intento de aproximación fronética. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 4-24, 2015.

FAVARETO, A. Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, p. 49-72, 2020.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, C. **Cataia, o que é? Características, funções e curiosidades sobre a planta**. Blog segredos do Mundo, 24 de agosto de 2021. Disponível em <https://segredosdomundo.r7.com/cataia-o-que-e-planta/>. Acesso em 01 de maio de 2023.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FONSECA, F. V. O. L.; SANTOS, P. **Turismo de experiência: ações para possibilidade de implantação do turismo de experiência na ostreicultura do Cabaraquara**. Monografia (Tecnólogo em Gestão de Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Matinhos, 2014, 50p.

FROEHLICH, J. M.; ROQUE, A. P. O Território Quarta Colônia sob o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma perspectiva histórica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 168-185, 2022.

FUINI, L. L. A nova dimensão dos territórios: competitividade e arranjos produtivos locais (APL). **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 4, n. 1, p. 53-66, 2006.

FUINI, L. L. A abordagem dos sistemas agroalimentares localizados (sial) e sua governança: reflexões sobre o desenvolvimento dos territórios. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 11, n. 2, p. 66-81, 2013.

FUINI, L. L. Território, territorialidades e suas multiplicidades: um ensaio sobre a transição. **Orbis Latina**, v. 7, n. 3, p. 151-176, 2017.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, 2002. p. 44-45.

GIL, D. Governança territorial em processos de desenvolvimento regional. In: **Proceedings of the 25th APDR Congress**. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), 2018. p. 473-480.

GIMENES, M. H. S. G. **Cozinhando a tradição: festa, cultura e história no litoral paranaense**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, 405p.

GIMENES, M. H. S. G. O uso turístico das comidas tradicionais: algumas reflexões a partir do Barreado, prato típico do litoral paranaense (Brasil). **Turismo e sociedade**, v. 2, n. 1, p. 8-24, 2009.

GIMENES, M. H. S. G. Barreado: sabor, história e cultura no litoral paranaense. **História: Questões & Debates**, v. 54, n. 1, p. 159-192, 2011.

GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. Patrimônio alimentar, Patrimônio turístico: potencialidades regionais a partir do reconhecimento formal de saberes e produtos alimentícios. **Revista Memória em Rede**, 15, p. 245-274, 2023.

HAAS, E. **O Barreado de Morretes**. Blog Eu, Gourmet, 30 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.eu-gourmet.com/2014/01/o-barreado-de-morretes.html>. Acesso em 12 de maio de 2023.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo Uerj**, n. 5, p. 7-19, 1999.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 169-190

HAESBAERT, R. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, Ministério da Integração Nacional, Brasília: 2003, p. 15-29.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, RiodeJaneiro, 11ª ed., 2006, 102 p.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. From the Basket of Goods to a More General Model of Territorialized Complex Goods: Concepts, Analysis Grid and Questions. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 31, n. 2, p. 241-260, 2008.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 22-40, 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Texto Descritivo Completo –Fandango Caiçara**: Expressões de um Sistema Cultural, elaborado pela Associação Cultural Caburé, Autos do processo de registro do Fandango Caiçara nº 01450.014268/2008-59. Brasília, dezembro de 2011. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caicara.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil das regiões**. Disponível em <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-das-Regioes>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais**: chaves para a ação - guia metodológico. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. (Epagri, Documentos, 304 -Tradução de Domitila Madureira).

JB LITORAL. **Pesca da tainha na ilha do Mel: pescadores iniciam preparativos para a temporada**. 05 de maio de 2021. Disponível em <https://jblitoral.com.br/pesca->

da-tainha-na-ilha-do-mel-pescadores-iniciam-preparativos-para-a-temporada/. Acesso em 15 de maio de 2023.

JB LITORAL. **8ª Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá acontece em agosto na Ilha dos Valadares**. Disponível em <https://jblitoral.com.br/8a-festa-do-fandango-caicara-de-paranagua-acontece-em-agosto-na-ilha-dos-valadares/>. Acesso em 10 de maio de 2023.

JESSOP, B. **Multi-level governance and multi-level metagovernance**. Oxford: Oxford University Press, 2004. 236p.

KOWALSKI, R. L. Litoral paranaense tem uma das três melhores ostras do mundo. **Bem Paraná**, 2019. Disponível em <https://www.bemparana.com.br/noticias/economia/litoral-paranaense-tem-uma-das-tres-melhores-ostras-do-mundo/>. Acesso em 08 de dezembro de 2022.

KROETZ, L. R. **As estradas de ferro do Paraná**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1985, 201p.

LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo Oeste Catarinense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 150-167, 2022.

LEANDRO, J. A. No fandango. **Revista de História Regional**, v. 12, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007a, p. 41-63.

LEANDRO, J. A. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 261-278, 2007b.

LICCARDO, A.; SOBANSKI II, A.; CHODUR, N. L. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 54, p. 41-49, 2004.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

LINHARES, A.; HENRIQUES, C.; MOREIRA, M. C. Turismo e folclore: o papel de valorização das danças populares pelos grupos folclóricos de Viana do Castelo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 1, n. 21/22, p. 57-65, 2014.

MACIEL, M. E. S. Churrasco à gaúcha. **Horizontes antropológicos**, v. 2, n. 4, p. 34-48, jan./jun./1996.

MAGNAGHI, A. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. **Rappresentare i luoghi**. Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrice, p. 13-51, 2001.

MAGNAGHI, A. **Il ritorno dei luoghi nel progetto**. La rappresentazione identitaria del territorio. Firenze: Alinea Editrice, 2005. p. 7-18.

MARIE, M.; GUILLEMIN, P.; DARROT, C.; PECQUEUR, B. A composição social do território na constituição das Cestas de Bens e Serviços: o exemplo da estruturação local dos circuitos curtos de proximidades alimentares na França. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 41–59, 2022.

MARTINS, L. G. **Comida caiçara: o saber fazer culinário da comunidade de barrancos de Pontal do Paraná/PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2017. 139p.

MASCARENHAS, R. G. T.; RAMOS, S. E. Qualidade e Marketing: Uma Análise da Imagem do Barreado na Sustentabilidade do Destino Turístico de Morretes-PR. V **Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL–SeminTUR**, Universidade de Caxias do Sul–UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil, v. 27, 2008. Não paginado.

MATIAS, E. D. **A cachaça de alambique como patrimônio cultural e sua influência no desenvolvimento socioeconômico do município de Presidente Bernardes–MG**. Dissertação. (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 2020, 167p.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Redes**. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 26, p. 1-21, 2021.

MEIRA, E. D. A cachaça morretiana e seus usos turísticos na contemporaneidade. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 26, n. 39, p. 15-34, 2013.

MENEZES, E. C. O.; CURVELO, E. B. C.; DERETTI, S. Sistema Agroalimentar Localizado e Desenvolvimento Territorial Sustentável: um estudo da experiência dos produtores de cachaça do município de Morretes–PR. **Redes**, Revista do Desenvolvimento Regional, v. 25, n. 2, p. 2524-2548, 2020.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 74–92, 2022.

MINAYO, M. C. de S., DESLANDES, S. F., GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Porto Alegre: Ed. Vozes, 2011. 81p.

MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l’hypothèse au modèle du panier de biens et de services. Histoire succincte d’une recherche. **Économie rurale**, v. 300, n. 4, p. 110-114, 2007.

MORAES, J. L. A. Agricultura Familiar, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) e as Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais. **Redes**: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 21, n. 3, p. 238-256, 2016.

MOREIRA, P. O.; DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. Processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR): um estudo sobre a realidade socioeconômica no Planalto Norte Catarinense. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 2, p. 88-103, 2016.

NASCIMENTO, E. C., DENARDIN, V. F. A Contribuição De Karl Polanyi Para As Reflexões Sobre O Desenvolvimento Territorial Sustentável. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. p. 1-17.

NICOLINI, C. **A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari**: etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2013, 206p.

NOSSA, D. F.; ALMEIDA, R. H. Perspectivas georepresentacionais na operacionalização de um atlas do patrimônio territorial. Experimentação em João Neiva-ES. **Geografares**, n. 31, p. 1-21, 2020.

NUNES, C. L.; CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C. M. de S. O processo de gestão financeira nas empresas turísticas do «Roteiro das Ostras» do Cabaraquara (Guaratuba-Paraná-Brasil). **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 24, 2017.

OLIVEIRA, A. L.; SILVA, L. E.; ESTEVES, L. A. O papel social da Universidade e o desenvolvimento regional a partir da análise da atuação da UFPR no Litoral Paranaense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p. 252-269, 2017.

OLIVEIRA, A. N. De comida à patrimônio: a importância da valorização da farinha de mandioca no litoral do Paraná, Brasil. **Élisée-Revista De Geografia Da UEG**, v. 10, n. 2, p. 1-19, 2021a.

OLIVEIRA, A. N. De troco a souvenir: valorização da bala de banana enquanto patrimônio e as indicações geográficas. **Geografia em Atos (Online)**, v. 5, p. 1-24, 2021b.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PARANÁ TURISMO. **Paraná – estudo estatístico 20 anos de turismo**. Curitiba, maio de 2014. 116p.

PARANÁ TURISMO. **Paraná turístico 2026**: Pacto para um destino inteligente. Curitiba, 2016. 119p.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Economie Rurale**, n. 261, p. 37-49, 2001.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2009.

PINHEIRO, L.; LANA, P. C.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; HANAZAKI, N. A pesca do arrastão de praia no litoral do Paraná: reflexões sobre o método etnoecológico. **Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica: os desafios do trabalho em campo**, v. 1, p. 145-163, 2009.

PIERRI, N., ANGULO, R. J., SOUZA, M. C. e KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, p. 137-167, 2006.

PIRES, E. L. S.; NEDER, R. T. A governança territorial no Brasil: As instituições, os fatos e os mitos. **Geografia e Pesquisa**, v. 2, n. 2, 2008.

PIRES, E. L. S., FUINI, L. L., FIGUEIREDO FILHO, W. B., MENDES, E. L. A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **GEOgraphia**, v. 19, n. 41, p. 24-38, 2017.

PIRES, E. L. S. **Governança de territórios em desenvolvimentos desiguais: uma análise crítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2022. 532p.

PORTO MORRETES. **Cachaça orgânica**. Disponível em:<<https://www.portomorretes.com.br/pagina/cachaca-organica.html>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019

RADOMSKI, M. I., WEISER, A. H., ZUFFELLATO-RIBAS, K. C., FONSECA, K. R., CARPANEZZI, A. A. **Cataia** (*Drimys brasiliensis* Miers). EMBRAPA Florestas, Colombo, 2013. 42p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, 270p.

REQUIER-DESJARDINS, D. Sistemas agroalimentares localizados e qualificação: uma relação complexa. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 2, 2013, p. 95-118.

RICHARDS, G. Turismo cultural: padrões e implicações. **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus, Editus, 2009, p. 25-48.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; HATSCHBACH, G. G.. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Ambiente**, v. 24, n. 1, p. 75-92, 2002.

- ROMANELLI, G. G. B. A rabeça do fandango paranaense: a busca de uma origem utilizando o violino como parâmetro. **Anais do Simpósio de Pesquisa em Música**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 50-59, 2005.
- RUIZ, L. S. C. **Dança: possibilidades e aceitação como produto turístico**. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, 2012. 165p.
- SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos avançados**, v. 24, p. 25-38, 2010.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Terra dos Homens. São Paulo: Editora Vértice, 1986. 207p.
- SANTOS, A. A.. Parques Nacionais Brasileiros: relação entre Planos de Manejo e a atividade ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 4, n. 1, 2011, p. 141-162.
- SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin (Resenha). **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 6, n. 1, p.383-387, mai. 2012.
- SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Año 6, n. 16, janeiro/abril/2005, p. 251-261.
- SATRÚSTEGUI, K. U. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pós desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações. **Perspectivas do Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 34-69, 2013.
- SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.
- SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015. 164p.
- SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 479-505, set.-dez./2018.
- SAQUET, M. A. **Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, 164p.
- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista e Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 1, p. 99-116, 2004.

SCHULTE, A. L., DENARDIN, V. F., DE CARLI LAUTER, L. F., MATZENBACHER, L., SIQUEIRA, M. C., & DOS SANTOS, F. O. Dificuldades e potencialidades da agroindústria familiar de farinha de mandioca no litoral paranaense. **Cadernos de Agroecologia**, v. 5, n. 1, p. 1-4, 2010.

SELIVON, A. Cruzeiro Viking Octantis de passagem por Paranaguá. **EkoWays: Turismo e sustentabilidade**, 14 de novembro de 2022. Disponível em <https://www.ekoways.com/cruzeiro-viking-octantis-com-turistas-em-paranagua/>. Acesso em 11 de maio de 2023.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei 2.263/2022**. Confere ao município de Antonina, no estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Bala de Banana. BRasília, Senado federal, 2022. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9192689&>. Acesso em 20 de maio de 2023.

SILVA, J. A.; SEZERINO, F. S. Mapeamento e caracterização de trilhas em unidades de conservação: estudo de caso no litoral do Paraná. In: SUTIL, T.; LADWIG, N. I.; SILVA, J. G. S. (org.). **Turismo em áreas protegidas**. Criciúma, SC: UNESC, 2021. Cap. 7.

SILVA, L. E.; MOURA, E. A. D.; MENEZES, E. C. O. D.; OLIVEIRA, A. L. D. Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Perspectiva da Pesca Artesanal: a realidade da Ponta Oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 1195-1215, 2019.

SILVA, L. E. da; GURGATZ, B. M. G. M.; SANTIAGO, D. F.; VEIGA, M. C. N. P. da; REIS, R. A.; OLIVEIRA, A. L. de. Produção de banana no litoral do Paraná- reflexões acerca do papel social da universidade no contexto do desenvolvimento rural na região. **Divers@!**, v. 10, n. 1, p. 41-47, 2017.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O.; BUSÓN, C. Patrimonialização como estratégia de desenvolvimento regional: uma proposta para o “caminho para os ervais”. **Profanações**, v. 7, n. Ed. esp., p. 43-60, 2020.

SOUSA, L. A. Ativação popular do espaço público na América Latina: pracialidade, monumento e patrimônio-territorial. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 219-233, 2020.

SOUZA, C.L.; CAÑETE, V.R. Pesca esportiva e pesca artesanal: lazer e sobrevivência na Hidrelétrica de Tucuruí (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.5, p. 614-633, nov –2015/jan -2016.

SOUZA, F. M. de. **Marketing para o turismo de base comunitária**: o caso da rede anfitriões do litoral do Paraná. Monografia (Tecnólogo em Gestão do Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos 2020, 104p.

SOUZA, L.; NOGUEIRA, C.; GONÇALVES, E. “Pescadores Do Litoral Paranaense”: Colônia de Pescadores de Matinhos, Saberes e Conquistas. **III Seminário Nacional de Integração da rede PROFCIAMB**, Belém, p. 1-8, 19 a 22 de setembro de 2018.

SOUZA, R. M.; PASSOS, M. M.; YAMAKI, H. Percepção Da Paisagem: O Caso Das Construções Antigas Da Cidade De Guaraqueçaba/PR. **Revista Geomae**, v. 2, n. especial, p. 191-206, 2011.

TECCHIO, A.; CAPELESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial no extremo oeste de Santa Catarina: a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, 2020.

TEIXEIRA, M. F.; TEIXEIRA, S. K. Festividades: representações simbólicas no turismo brasileiro. **Turismo & Sociedade**, v. 7, n 1, p. 118-134, janeiro de 2014.

TURNES, V.; SAMPAIO, C. A. C.; SAUTIER, D.; GUZZATTI, T. C. A importância de uma marca coletiva na construção de territórios: O caso da associação acolhida na colônia/SC/Brasil. **Sociedade e Território**, v. 33, n. 33, p. 135-158, set./dez. 2021.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; RAMOS, A. M.; CHAVES, J. B. P. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. **Ciência Rural**, v. 42, p. 551-558, 2012.

VALVERDE, R. R. H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP-Espaço e Tempo, São Paulo**, n. 15, p. 119-126, 2004.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 14, p. 27-75, 2009.

ZAOUAL, H. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010.

ZEM, L. M. **Drymis brasiliensis**: propagação vegetativa, composição química do óleo essencial e infusão alcóolica de folhas. 2014. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná, 2014. 189p.